



Mídia e Violência

A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA IMPrensa LATINO-AMERICANA

*Uma análise da produção jornalística de 2005 sobre os temas
prioritários apontados no Estudo Mundial sobre Violência
contra Crianças e Adolescentes das Nações Unidas*

Setembro 2006



SOBRE ESTE DOCUMENTO

Realizado a partir de uma parceria entre ANDI, Rede ANDI América Latina, Save The Children Suécia e Save The Children Noruega, este documento reúne os principais resultados de um amplo estudo sobre a cobertura jornalística da violência contra crianças e adolescentes na América Latina. Os dados e análises apresentados nas próximas páginas trazem informações relevantes para se compreender qual tem sido o tratamento editorial dispensado ao tema pela imprensa latinoamericana.

O lançamento mundial do Estudo do Secretário Geral da ONU sobre Violência Contra Crianças (UNSGSVAC, na sigla em inglês) cria uma oportunidade singular para a ampliação e qualificação do debate em torno das temáticas associadas à violência contra meninos e meninas. Nesse sentido, o envolvimento qualificado de jornalistas de toda a América Latina é fundamental para que os dados e conclusões do estudo ganhem visibilidade e, dessa forma, contribuam para fortalecer essa temática na agenda nacional dos diversos países.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Primeira Parte

| | |
|--|---------|
| Introdução | Pág. 4 |
| Notas metodológicas | Pág. 8 |
| Adaptando a metodologia da ANDI aos conceitos da ONU | Pág. 8 |
| Panorama quantitativo | Pág. 11 |
| Avaliando a qualidade do conteúdo | Pág. 18 |
| Panorama qualitativo | Pág. 20 |

Segunda Parte

| | |
|--|---------|
| Diferentes Pautas | Pág. 31 |
| Violência Doméstica | Pág. 33 |
| Violência nas Escolas | Pág. 38 |
| Violência nas Ruas e nas Comunidades | Pág. 42 |
| Violência Institucional | Pág. 45 |
| Exploração do Trabalho Infantil | Pág. 49 |
| Exploração & Abuso Sexual | Pág. 53 |
| Conclusão | Pág. 56 |

Primeira Parte

INTRODUÇÃO

Em 2001, a Assembléia Geral da ONU encomendou ao Secretário Geral da instituição um amplo e detalhado estudo sobre a violência contra crianças e adolescentes. Os resultados e recomendações da pesquisa serão finalmente apresentados durante a Assembléia Geral da organização, em 2006, quando será lançado o *Estudo Mundial sobre Violência contra Crianças e Adolescentes*. A Secretaria Regional para América Latina, Cuba e República Dominicana produziu um informe específico para a região que será incluído no documento mundial (*Leia mais sobre o Informe Regional no documento Violencia Contra las Niñas, Niños y Adolescentes – Resumen del Informe de la Secretaria Regional para el Estudio de America latina Cuba y Caribe*).

A divulgação do documento é uma oportunidade para a imprensa repensar o seu papel e sua co-responsabilidade no desafio de elevar a qualidade do debate público e de buscar soluções para um problema que, além de ser uma ameaça à vida – o mais básico dos direitos humanos – é hoje um grave empecilho para o desenvolvimento humano, social e econômico da América Latina.

A ANDI, em conjunto com as agências que compõem a Rede ANDI América Latina, já vêm trabalhando em parceria com jornalistas em todos os países que a integram quando o assunto é Violência. Nos informes anuais e bienais, as agências que fazem parte da Rede publicaram capítulos especiais sobre Violência¹, apontando as principais tendências da cobertura e caminhos para que a mídia possa incluir o tema em sua agenda, passando a tratá-lo como uma questão de ordem pública.

A ANDI também publicou, em 2001, o documento *Balas Perdidas*, em parceria com o Ministério da Justiça, a Amencar, o Unicef, o Conanda, a Kindernothilfe e a Comissão Européia. A publicação integrou o projeto *A Infância e os Jovens na Mídia*, realizado por ANDI e Instituto Ayrton Senna, e teve como objetivo abordar o comportamento editorial da imprensa brasileira com relação a Violência em 2000 e 2001, dentro do universo de notícias sobre Infância & Adolescência. Nesse documento, já estavam delineados muitos dos resultados verificados por este estudo para 2005 – apontados nas páginas a seguir tanto para o Brasil, quanto para os países que sediam a Rede ANDI América Latina.

Para este estudo, foram monitoradas as edições de 113 jornais diários ao longo de 2005, em nove países latino-americanos, o que permitiu mapear como a imprensa aborda a violência quando crianças e adolescentes estão na pauta.

¹ Em 2004, foram publicados os Informes Anuais de Argentina, Bolívia, Paraguai, Venezuela e Guatemala, além do relatório bienal *Infância na Mídia 2003/2004*, publicado pela ANDI. Os relatórios de Costa Rica, Nicarágua, Colômbia para 2004, aos quais serão agregados dados de 2005, encontram-se no prelo. Em 2005, já lançaram seus informes as agências da Argentina, da Venezuela e do Paraguai. Todas essas publicações encontram-se disponíveis para download no website www.andi.org.br

Rede ANDI América Latina

Criada em dezembro de 2003, a Rede Andi América Latina reúne agências de notícias pelos direitos da infância, formada por entidades não-governamentais, comprometidas com o uso da comunicação para a promoção dos direitos da infância e da adolescência. As agências do grupo acompanham diariamente a produção editorial dos principais meios de comunicação impressos da região, com o objetivo de monitorar a cobertura de temas relacionados a criança e adolescentes. Atualmente, 12 países integram a rede:

1. Argentina – Periodismo Social
2. Bolívia – ANNI (Agencia Nacional de Noticias por la Infancia), ligada a Eco Jóvenes
3. Brasil – ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)
4. Colômbia – Agencia PANDI (Periodismo Amigo de los Derechos de la Niñez y la Adolescência), ligada à Fundación Restrepo Barco
5. Costa Rica – ANNA (Agencia de Noticias de Niñez y Adolescência)
6. Equador – ACNNA (Agencia de Comunicación de Ninas, Niños y Adolescentes), ligada à Fundación Yupana
7. Guatemala – La Nana (La Agencia de Noticias a favor de la Niñez y la Adolescencia), ligada à Doses (Asociación Desarrollo, Organización, Servicios y Estudios)
8. México – CIMAC (Comunicación e Información de la Mujer A.C.)
9. Nicarágua – Dos Generaciones
10. Paraguai – Agencia Global de Noticias, ligada à Global Infancia
11. Peru – Equipo Uno Consultores da Agencia Comunicación Educativa.
12. Venezuela – PANA (Periodismo a Favor de la Niñez y Adolescencia), ligada a Cecodap

Devido à recente adesão, as agências do México e do Peru não desenvolveram o monitoramento da imprensa ao longo de 2005. Os dados para Colômbia ainda estão sendo processados. Vale destacar que a partir de 2007 o Uruguai também passa a integrar a Rede, representado pela organização não-governamental El Abrojo.

Os resultados dos levantamentos realizados na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Costa Rica, no Equador, na Guatemala, no Paraguai, na Nicarágua e na Venezuela serão apresentados no presente estudo. O principal objetivo é avaliar o desempenho das redações na cobertura dos sete temas considerados prioritários pelo Informe Regional da ONU para a compreensão do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

A partir das estatísticas agregadas para os sete temas percebe-se que a violência está, sem dúvida, na agenda dos jornais. Em 2005, nos 113 diários monitorados, foram encontrados 18.411 textos que tratavam das questões apontadas pelas Nações Unidas.

O volume corresponde a 8,27% do total de notícias sobre Infância e Adolescência. A atenção que cada um dos assuntos recebe é, no entanto, bastante desigual. Abuso & Exploração Sexual e Violência nas Ruas e nas Comunidades respondem por cerca de 75% da cobertura. Violência Doméstica, Violência Institucional e Violência relacionada a HIV/ Aids, por outro lado, ainda são assuntos praticamente ausentes das páginas dos veículos.

Qualidade das informações

A análise sobre a qualidade das informações que chegam aos leitores também revela um quadro bastante heterogêneo. A boa notícia é que as coberturas de Abuso & Exploração Sexual e, principalmente, de Exploração do Trabalho Infantil já apresentam índices razoáveis. Essas notícias correspondem a 49,3% do total de textos sobre Violência e não se limitam a apenas descrever friamente casos individuais: preocupam-se também em fornecer ao leitor estatísticas, mencionar legislações e discutir políticas públicas.

Para a outra metade da cobertura, as conclusões não são tão animadoras. O conteúdo das reportagens, entrevistas, editoriais e artigos revela que falta aos parofissionais da mídia maior compromisso social com a temática e com a qualidade da informação. A imprensa veicula, quase que exclusivamente, uma sucessão de casos isolados. Não há cuidado em contextualizar as notícias sobre crimes, em discutir o papel das políticas públicas e em promover um debate em torno de possíveis soluções para os problemas.

Pode-se concluir que metade dos textos não atinge “o alvo da boa cobertura, ferindo o direito do leitor por uma informação propositiva e de qualidade”. A constatação foi retirada do estudo *Balas Perdidas*, publicado em 2001 com base em monitoramento da mídia impressa brasileira, ao longo de 2000. Os dados que serão aqui apresentados demonstram, no entanto, que a conclusão de quase meia década atrás continua válida para boa parte da cobertura e se estende ao contexto latino-americano.

Um único dado é capaz de dar a dimensão da quase indigência dos textos. Mais de 80%² das notícias sobre violência não mencionam nenhuma das informações consideradas pela ANDI como necessárias para oferecer ao leitor o mínimo de contextualização. Ou seja, não tratam nem de políticas públicas, nem de leis, nem de estatísticas e não discutem ou propõem soluções.

A pergunta que norteia este estudo é: “a mídia oferece aos leitores as informações necessárias para ter um compreensão crítica e adequada da violência?” Para respondê-la, é preciso avaliar se a cobertura de Violência trata o problema como um fenômeno social. A conclusão que se encontra no final deste estudo revela que boa parte das notícias limita-se a descrever casos isolados e não oferece os instrumentos para um debate esclarecido sobre o tema.

² Essa estatística não diz respeito exatamente ao conjunto de notícias que abordam os sete temas propostos pela ONU. Refere-se à cobertura de Violência baseada no conceito utilizado pela Rede ANDI América Latina – que exclui Abuso & Exploração Sexual e Exploração do Trabalho Infantil e inclui casos em que jovens são vítimas de atos praticados por adultos. Na próxima seção, o leitor encontrará mais detalhes sobre a diferença entre os dois sistemas metodológicos.

Os resultados apresentados a seguir devem ser analisados à luz do potencial que a mídia apresenta para inserir na agenda pública debates qualificados sobre questões cruciais para que crianças e adolescentes possam viver e crescer em ambientes saudáveis e seguros. O estudo conduzido pela ANDI revela ainda que, em alguns casos, os meios de comunicação vêm conseguindo exercer o papel de controle social das políticas de enfrentamento às várias formas de violência. De maneira geral, essa função é exercida quando os veículos apresentam denúncias de violações amplas contra os direitos da infância, cobram respostas dos poderes públicos e apresentam a dimensão de problemas relacionados a Violência, além de discutir soluções para eles. Apesar de representarem mais exceções do que regras na cobertura em geral, este estudo mostra que é possível fazer uma cobertura qualificada sobre o assunto.

O *paper* é dividido em duas partes e uma conclusão. A primeira discute os aspectos quantitativos e qualitativos das notícias sobre Violência. A segunda, além de incluir a conclusão, foca na análise da cobertura específica de cada um dos sete temas de Violência contemplados pelo estudo das Nações Unidas.

NOTAS METODOLÓGICAS

Metodologia da pesquisa

Para avaliar a cobertura da mídia latino-americana sobre Infância & Adolescência, a Rede ANDI América Latina monitorou as edições de 113 jornais de nove países latino-americanos, durante o ano de 2005. As notícias selecionadas precisavam ter um mínimo de 500 caracteres, dos quais pelo menos 200 deveriam tratar do tema diretamente. Além do acompanhamento quantitativo (número de notícias publicadas), a pesquisa adotou parâmetros para classificar os textos: temas principais e secundários; formato jornalístico; menção a políticas públicas, legislações ou estatísticas; presença de termos pejorativos para se referir a crianças e adolescentes; faixa etária e sexo das crianças e/ou adolescentes abordados; ótica investigativa; e fontes ouvidas pelo jornalista. Esses critérios permitem uma avaliação da qualidade das notícias (*ver tópico “Guia para entender os critérios” na página 18*).

Em oito dos nove países analisados – Argentina, Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Paraguai, Nicarágua e Venezuela –, as publicações selecionadas eram diariamente submetidas a um processo de análise. No Brasil, devido ao maior número de jornais monitorados (54 dos 113 periódicos que fazem parte do levantamento), optou-se por extrair uma amostra que representasse com fidelidade as tendências cotidianas da cobertura. Foi usada a técnica de Mês Composto (cf. Hansen et alii, *Mass Communication Research Methods*. MacMillan: 1998), que consiste no sorteio de 31 dias ao longo do ano. O método elimina parte das sazonalidades diárias que podem afetar a cobertura, captando um retrato de como a mídia aborda questões relacionadas a crianças e adolescentes de maneira rotineira. A partir de uma amostra de 9.225 notícias selecionadas, estima-se que foram publicados no Brasil 111.492 textos sobre Infância e Adolescência em 2005.

Apesar do escopo maior da pesquisa brasileira, as agências que integram a rede adotaram os mesmos conceitos e critérios de classificação para possibilitar comparações fidedignas entre os nove países avaliados. O uso de uma única orientação para os levantamentos locais permitiu que as notícias pudessem ser agrupadas de acordo com os sete temas apontados pela Secretaria Geral das Nações Unidas para tratar da violência contra crianças e adolescentes.

Adaptando a metodologia da ANDI aos conceitos da ONU

A realização do presente estudo exigiu, por parte do Núcleo de Monitoramento de Mídia e Estatísticas da Rede ANDI América Latina, alguns ajustes de cunho metodológico, pois seu trabalho cotidiano está pautado por parâmetros distintos daqueles adotados pelo Relatório da ONU para analisar a Violência contra Crianças e Adolescentes.

O informe do organismo internacional analisa a violência a partir de sete temas:

1. Violência Doméstica (incluindo Abuso Sexual)
2. Violência nas Escolas

3. Violências nas Ruas e nas Comunidades
4. Violência Institucional
5. Exploração do Trabalho Infantil
6. Exploração Sexual
7. Violência relacionada ao HIV/Aids

A primeira diferença a ser destacada é o fato de a Rede ANDI América Latina não incluir no tópico Violência os temas relacionados com Exploração do Trabalho Infantil e Abuso & Exploração Sexual. É preciso enfatizar que a rede de agências reconhece os dois temas como uma grave violação dos direitos da Infância & Adolescência. A opção de monitorar em separado a cobertura da imprensa sobre Trabalho Infantil e Abuso & Exploração Sexual revela apenas o destaque dado aos dois assuntos.

Como tais temas já são de fato monitorados, bastou agregá-los ao universo de textos rotineiramente classificados pela Rede Andi como Violência. Não foi possível, no entanto, separar os textos sobre Abuso daqueles que tratam de Exploração Sexual, como faz o Informe da ONU. O Informe das Nações Unidas optou por considerar o abuso sexual dentro do contexto da Violência Doméstica.

A metodologia adotada pela Rede ANDI América Latina para acompanhar a cobertura de Violência realizada pela imprensa também classifica o fenômeno, coincidentemente, em sete grupos distintos:

1. Violência-Vítima – atos violentos praticados por adultos, nos quais as crianças ou os adolescentes são vítimas
2. Violência-Agente – atos violentos praticados por crianças ou adolescentes
3. Violência-Agente e Vítima – atos violentos praticados por crianças ou adolescentes, nos quais outras crianças ou adolescentes são também vítimas
4. Violência-Gangues – atos violentos praticados por gangues de crianças ou adolescentes
5. Violência-Conflitos Armados – atos violentos resultantes de confrontos entre grupos armados, ou entre grupos armados e o Estado
6. Violência-Institucional – violência praticada por autoridades públicas contra crianças e adolescentes
7. Violência-Outros – suicídio e outros tipos de violência que não incidem diretamente sobre a criança, tais como presenciar atos violentos contra familiares/tutores e manipular armas de fogo.

Foi possível adaptar a metodologia da Rede ANDI AL aos conceitos analisados pela ONU, pois as notícias de Violência que foram monitoradas, além de serem classificadas de acordo com os sete parâmetros apresentados acima, recebem também a marcação dos temas secundários tratados na notícia. Estes estão dentro do universo de 46 assuntos de Infância & Adolescência que são rotineiramente acompanhados pelas agências da rede. Entre eles estão Educação, Esporte, Convivência Familiar e Saúde (HIV-AIDS).

Foram selecionadas as seguintes notícias para adequar a metodologia da Rede ANDI aos conceitos usados pela ONU:

1. *Violência Doméstica* – as notícias que abordavam pelo menos um dos sete tipos de Violência identificados pela Rede ANDI AL como tema principal e que apresentavam, como tema secundário, Convivência Familiar. Não foi incluído Abuso Sexual
2. *Violência em Escolas e Ambientes Educativos* – as notícias que tinham como tema principal um dos sete tipos de Violência e, como tema secundário, Educação
3. *Violência Institucional* – textos classificados como Violência Institucional pelo critério da Rede ANDI AL
4. *Violência nas Ruas e nas Comunidades* – as notícias que tinham como temas principais Violência-Gangues, Violência-Agente e Vítima e Violência-Conflitos Armados. Foram incluídas também aquelas notícias que apresentavam pelo menos um dos sete temas de violência acompanhados pela Rede ANDI, como principal, e Abandono, Abrigos e Situação de Rua, como temas secundários
5. *Exploração do Trabalho Infantil* – notícias já classificadas pelas agências como Trabalho Infantil
6. *Abuso & Exploração Sexual* – conteúdos classificados neste mesmo tópico pela Rede ANDI AL
7. *Violência relacionada ao HIV/Aids* – textos que tinham como tema principal violência e, como secundário, Saúde-HIV/Aids.

Entre os sete temas de Violência monitoradas pela Rede ANDI América Latina dois ficaram quase que totalmente excluídos da metodologia da ONU: Violência-Outros e Violência-Vítima. São dois temas que não tratam especificamente de atos violentos que discriminam crianças e adolescentes. Afetam todas as faixas etárias. No caso de Violência-Vítima, optou-se por considerar condizente com o conceito da ONU apenas os atos praticados no âmbito das violências Doméstica, Institucional ou nas Escolas.

A COBERTURA SOBRE VIOLÊNCIA: UM PANORAMA QUANTITATIVO

No ano passado, os 113 jornais latino-americanos monitorados pela Rede ANDI publicaram 222.635 notícias sobre Infância & Adolescência. O volume de textos específico sobre a temática Violência – o foco deste estudo – varia de acordo com o critério adotado. Se for usado o conceito de Violência da ONU, chega-se a 18.411 textos, o equivalente a 8,27% do total de notícias sobre Infância & Adolescência. Se prevalecer os critérios metodológicos de monitoramento de mídia adotados pela ANDI e pela Rede ANDI América Latina, o número sobe para 31.680 textos ou 14,23% do total.

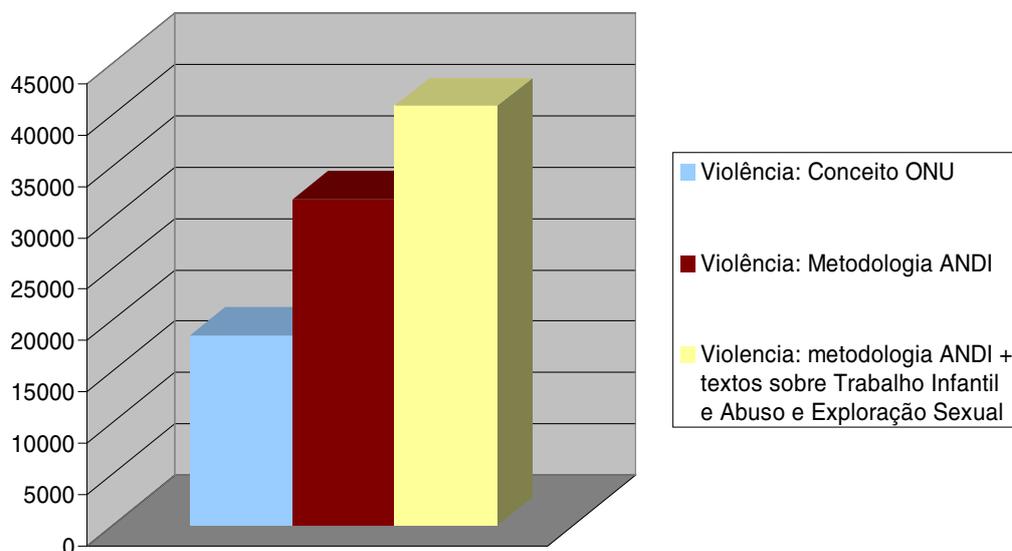
Os dois resultados são significativos e mostram que a Violência está na agenda prioritária da imprensa. A diferença de 13.269 textos derivada dos distintos conceitos obriga, contudo, a uma primeira reflexão: a mídia impressa dos nove países analisados aborda a violência contra crianças e adolescentes de forma adequada? Isto é, foca a cobertura nas questões de fato relevantes para o bem estar desses segmentos populacionais?

Para tentar responder à pergunta, é preciso salientar, em primeiro lugar, que o *Informe Regional das Nações Unidas* elaborado pela Secretaria Geral para a América Latina escolheu justamente os sete temas que julgava relevantes para compreender a Violência contra crianças e adolescentes na região: ou seja aqueles que consistem nas formas de violação dos direitos da Infância e Adolescência mais perniciosas para o desenvolvimento saudável desse grupo populacional. Os sete temas são:

1. Violência Doméstica;
2. Violência Institucional;
3. Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos;
4. Violência nas Ruas e nas Comunidades;
5. Exploração do Trabalho Infantil;
6. Abuso e Exploração Sexual³;
7. Violência associada a HIV/Aids.

³ No *Informe Regional*, Abuso Sexual aparece associado à Violência Doméstica. A Exploração Sexual Comercial de crianças é tratada como um fenômeno à parte. Como já afirmado, devido à metodologia de classificação de notícias da Rede ANDI América Latina para o presente estudo, foi preciso agrupar Abuso & Exploração Sexual no mesmo item.

Cobertura sobre Violência – 2005



Há dois aspectos relevantes para entender a diferença entre a metodologia adotada pela Rede ANDI América Latina e os conceitos de violência da ONU:

1. Por razões meramente metodológicas, a Rede ANDI América Latina classifica Exploração do Trabalho Infantil e Abuso & Exploração Sexual em categorias independentes da de Violência. Se as três categorias forem somadas – Violência (de acordo com os critérios metodológicos da Rede ANDI América Latina), Trabalho Infantil e Abuso & Exploração Sexual –, chega-se a um total de 40.754 notícias, 18,27% da cobertura sobre Infância e Adolescência monitorada ao longo de 2005 nos 113 jornais dos 9 países. A operação apenas aumenta o fosso em relação ao universo proposto pela ONU.
2. O grupo de notícias que está incluído na metodologia da Rede ANDI América Latina, mas não corresponde aos parâmetros do *Informe da ONU*, é o de determinados atos violentos praticados por adultos em que as vítimas são crianças ou adolescentes. Assim como a Rede ANDI América Latina, a ONU inclui os atos de adultos quando eles estão relacionados com crimes sexuais ou com violência doméstica e institucional. Mas exclui, ao contrário da rede de agências latino-americana, atos em que a idade da vítima não é, necessariamente, determinante para explicar o crime. Um exemplo é a morte de um jovem num assalto de rua. Esse tipo de crime afeta cidadãos de todas as faixas etárias, ao contrário, dos sete tipos de violência discutidos pela ONU. Ao selecionar as notícias a partir desse critério, 22.343 textos deixam de ser classificados na categoria Violência contra a crianças e adolescentes.

A favor do critério adotado pela ONU é possível argumentar que a violência em geral (assaltos e roubos, por exemplo) não discrimina especificamente meninos e meninas. Portanto esses crimes devem ser discutidos dentro de um contexto mais amplo e não circunscritos ao universo da Infância & Adolescência. Na visão da Rede ANDI América Latina, no

entanto, é relevante apontar as notícias nas quais crianças e adolescentes são personagens. Além disso, cabe destacar o patamar de violência em uma determinada sociedade não deixa de influir fortemente na qualidade de vida dos mais jovens.

Pela metodologia da Rede ANDI América Latina, Violência é o segundo tema mais abordado pela imprensa latino-americana quando crianças e adolescentes estão na pauta e perde apenas para Educação. Considerando-se o conceito utilizado pelo estudo da ONU, Violência cai para o quinto lugar quando não acrescenta-se os temas Abuso & Exploração Sexual e Exploração do Trabalho Infantil. Apesar de perder quatro posições, continua entre os assuntos de maior interesse da mídia. A queda no ranking é reflexo, certamente, do universo de textos que são excluídos ao se usar o conceito adotado pelo *Informe Regional da ONU*.

TABELA I

| A Cobertura sobre Violência no contexto da Infância & Adolescência (Total de notícias sobre Infância & Adolescência e total de notícias sobre Violência – segundo conceito da ONU – analisadas de janeiro a dezembro de 2005, nos países que compõem a Rede ANDI América Latina) | | | | | | |
|--|---|-----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|---|---|
| País | Nº total de notícias sobre Infância & Adolescência analisadas (A) | Total de jornais analisados | Média de notícias por veículo | Nº de notícias sobre Violência (B) | Média de notícias sobre Violência por veículo | % de notícias sobre Violência em relação ao total de notícias sobre Infância & Adolescência (B/A) |
| Argentina | 28.609 | 12 | 2.384 | 1.860 | 155 | 6,50% |
| Bolívia | 9.065 | 9 | 1.007 | 1.010 | 112 | 11,14% |
| Brasil* | 111.592 | 54 | 2.065 | 10.812 | 200 | 9,70% |
| Costa Rica | 10.232 | 4 | 2.558 | 812 | 203 | 7,94% |
| Equador | 13.636 | 11 | 1.240 | 840 | 76 | 6,16% |
| Guatemala | 6.192 | 7 | 885 | 413 | 59 | 6,67% |
| Paraguai | 16.548 | 5 | 3.310 | 1.394 | 279 | 8,42% |
| Nicarágua | 4.177 | 5 | 835 | 483 | 97 | 11,56% |
| Venezuela | 22.584 | 6 | 3.764 | 787 | 131 | 3,48% |
| América Latina | 222.635 | 113 | 1.970 | 18.411 | 163 | 8,27% |

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.225 notícias para a cobertura sobre Infância & Adolescência e de 1.056 notícias sobre Violência segundo conceito da ONU, obtida a partir do método por Mês Composto (ver nota metodológica para entender método por mês composto, na página 8)

Desempenho dos países

Há uma discrepância na atenção que a mídia de cada um dos nove países analisados deu à Violência (ver Tabelas 2, 3 e 4). A melhor maneira de avaliar o desempenho, uma vez que o universo de jornais monitorados variou substancialmente entre os países, é a partir da média de notícias publicadas por veículo no ano passado. O Paraguai foi o principal destaque. Cada um dos seis jornais paraguaios pesquisados publicou, em média, 279 textos sobre Violência em 2005. Em segundo lugar vem a Costa Rica (203), seguida do Brasil (200). Os piores desempenhos são da Nicarágua (97), do Equador (76) e da Guatemala (59).

Curiosamente, a imprensa nicaragüense foi a que publicou o maior percentual de notícias sobre Violência em relação ao total de textos sobre Infância & Adolescência, 11,56%. A liderança nesse ranking se deve exclusivamente ao fato de a cobertura de Infância & Adolescência na Nicarágua ser a menor entre os nove países. Já a Venezuela apresentou o menor percentual de textos de Violência nesse mesmo tipo de comparação, 3,48%.

Atenção desigual

É também bastante desigual a extensão da cobertura dos sete diferentes temas selecionados pelo *Informe Regional da ONU*. Abuso & Exploração Sexual e Violência nas Ruas e nas Comunidades são responsáveis por 75,2% dos 18.411 textos sobre o assunto. No outro extremo, estão violência relacionada ao HIV/Aids, Violência Doméstica e Violência Institucional. Somados estes últimos, não chegam a 10% da cobertura, o que implica dizer que estão um tanto ausentes das pautas das redações. Trabalho Infantil e Violência em Ambientes Educativos estão numa posição intermediária: não recebem uma atenção extensiva, mas já freqüentam com regularidade as páginas dos jornais.

Dos nove países, cinco – Bolívia, Brasil, Costa Rica, Paraguai e Nicarágua – deram prioridade para Abuso & Exploração Sexual. A Guatemala, o Equador, a Venezuela e a Argentina concentraram um maior número de textos em Violência nas Ruas e nas Comunidades. Essas tendências mais gerais reservam, contudo, alguns dados interessantes.

A Violência Doméstica, praticamente ausente da mídia latino-americana, encontra, aparentemente, menos tabus para ser debatida no Paraguai. A proporção de notícias que abordam essa questão na imprensa paraguaia (6,96%, em relação ao total de Violência) é mais de três vezes superior à da América Latina (2,16%). Em compensação, são os jornais paraguaios os que menos abordam Violência nas Ruas e nas Comunidades (4,59%). Os bolivianos, os costarriquenhos e os nicaragüenses são os que mais concentram o noticiário em Abuso & Exploração Sexual. Nesses países, a proporção de textos com foco na temática supera 60% das notícias sobre Violência – considerando-se o conceito adotado pela ONU – quando a média da região é de 42,02%.

A Violência nos Ambientes Educativos recebe o dobro da atenção na Argentina e no Paraguai, quando comparada com a média latino-americana. São os dois únicos países em que o tema é o segundo mais abordado pela imprensa, entre os sete sugeridos pela ONU.

(ver Tabela 3 e 4)

A Venezuela é, de longe, o país cuja cobertura mais noticia fatos relacionados a Violência Institucional, a praticada por autoridades públicas contra crianças e adolescentes.

O envolvimento em atos violentos, marginalização, preconceito e fatores de risco de violência que se associam a crianças e adolescentes que convivem com o vírus HIV ou com Aids não estão na agenda dos meios de comunicação de nenhum dos países que compuseram esta análise. Os únicos que apresentaram pelo menos duas notícias ao longo do ano sobre o assunto foram Argentina, Brasil e Venezuela.

TABELA 2

| Ranking de Temas Monitorados pela ANDI (% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência analisadas de janeiro a dezembro de 2005, para cada um dos países que compõem a Rede ANDI América Latina) | | | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | Argentina | Bolívia | Costa Rica | Brasil* | Equador | Guatemala | Nicarágua | Venezuela | América Latina |
| Educación | 19,06% | 25,8% | 18,91% | 24,49% | 33,18% | 23,90% | 18,39% | 21,59% | 22,79% |
| Violência (metodologia ANDI) | 23,65% | 11,95% | 8,94% | 12,36% | 7,14% | 18,35% | 13,33% | 9,70% | 14,23% |
| Salud | 11,86% | 9,12% | 9,27% | 9,16% | 10,11% | 9,64% | 14,32% | 11,49% | 10,78% |
| Internacional | 11,26% | 8,23% | 18,69% | 3,53% | 4,87% | 13,61% | 5,03% | 10,64% | 9,96% |
| Deportes y recreación | 3,34% | 11,74% | 5,91% | 6,05% | 18,71% | 2,76% | 9,86% | 11,28% | 8,55% |
| Cultura | 5,70% | 3,81% | 8,69% | 6,19% | 3,39% | 1,86% | 5,27% | 8,20% | 5,86% |
| Comportamiento | 2,19% | 2,23% | 4,42% | 3,60% | 4,03% | 10,09% | 3,88% | 5,22% | 3,98% |
| Abuso y Explotación Sexual | 4,25% | 6,91% | 5,54% | 4,09% | 1,82% | 1,82% | 7,13% | 0,70% | 3,47% |
| Marco Institucional, Jurídico e Legal (Derechos y Justicia) | 2,95% | 2,10% | 2,11% | 3,13% | 2,97% | 3,49% | 1,48% | 3,79% | 2,97% |
| Accidentes | 2,67% | 3,60% | 5,00% | 3,78% | 1,66% | 3,12% | 5,17% | 1,78% | 2,88% |
| Tercer Sector | 1,49% | 2,43% | 2,38% | 0,00% | 3,98% | 1,68% | 4,98% | 2,90% | 2,32% |
| Derechos de familia / Adopción | 1,51% | 1,58% | 1,59% | 2,41% | 0,75% | 2,78% | 0,79% | 1,77% | 1,61% |
| Pobreza y Exclusión Social | 1,24% | 0,53% | 1,53% | 6,94% | 1,11% | 0,68% | 1,72% | 0,50% | 1,52% |
| Consumo | 1,07% | 1,09% | 1,18% | 2,04% | 0,55% | 0,66% | 1,46% | 1,63% | 1,21% |
| Medio Ambiente | 0,23% | 0,22% | 0,44% | 1,19% | 0,45% | 0,37% | 0,48% | 3,81% | 1,16% |
| Abandono, situación de calle e institucionalización | 0,47% | 2,88% | 0,68% | 0,87% | 0,29% | 0,84% | 0,91% | 1,32% | 0,94% |
| Médicos | 2,02% | 0,50% | 0,55% | 1,38% | 0,51% | 0,29% | 0,34% | 0,27% | 0,93% |
| Drogas | 1,08% | 1,09% | 1,27% | 1,37% | 0,45% | 0,48% | 0,77% | 0,76% | 0,92% |
| Desaparecidos | 1,29% | 0,97% | 0,45% | 0,26% | 0,43% | 0,34% | 0,91% | 0,47% | 0,72% |
| Discapacidades | 0,39% | 0,71% | 0,72% | 0,94% | 0,95% | 0,76% | 1,34% | 0,78% | 0,72% |
| Comportamiento - Sexualidad | 0,74% | 0,55% | 0,70% | 0,89% | 0,35% | 0,36% | 0,29% | 0,60% | 0,61% |
| Trabajo infantil | 0,41% | 1,01% | 0,35% | 0,67% | 0,98% | 0,78% | 1,22% | 0,23% | 0,57% |
| Medidas de Reinserción Social | 0,78% | 0,25% | 0,09% | 1,68% | 0,29% | 0,27% | 0,36% | 0,24% | 0,52% |
| Migración y Desplazamiento | 0,07% | 0,24% | 0,08% | 0,78% | 0,62% | 0,31% | 0,26% | 0,05% | 0,24% |
| Trabajo legal del adolescente | 0,18% | 0,08% | 0,14% | 1,15% | 0,04% | 0,13% | 0,12% | 0,12% | 0,22% |
| Igualdad / Desigualdad de Color o Etnia | 0,04% | 0,11% | 0,22% | 0,83% | 0,18% | 0,19% | 0,07% | 0,08% | 0,17% |
| Población | 0,02% | 0,21% | 0,06% | 0,15% | 0,14% | 0,31% | 0,10% | 0,04% | 0,09% |
| Igualdad / Desigualdad de Género | 0,05% | 0,08% | 0,07% | 0,08% | 0,05% | 0,13% | 0,02% | 0,03% | 0,05% |

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.225 notícias para a cobertura sobre Infância & Adolescência, obtida a partir do método por Mês Composto (ver nota metodológica para entender método por Mês Composto, na página 8)

Quantidade em perspectiva

A extensão de uma cobertura sinaliza tão somente se uma determinada pauta está ou não na agenda dos jornais. Mesmo assim, não permite avaliar se a atenção que um assunto recebe é proporcional à importância que ele tem para uma determinada sociedade. O fato da Costa Rica e da Argentina darem menos atenção para a Violência nas Ruas e nas Comunidades do que outros países latino-americanos pode ser apenas um indicativo de um menor índice de episódios desse tipo. Em alguns casos, como a Violência relacionada a HIV/Aids e Violência Doméstica, a resposta mais adequada parece ser a falta de interesse pelo tema.

A quantidade também não diz nada sobre a qualidade. Exploração do Trabalho Infantil é um bom exemplo de uma cobertura relativamente discreta, mas que oferece ao leitor informações de maior qualidade, como será discutido na segunda parte deste estudo, em tópico específico sobre o tema. A próxima seção é dedicada justamente a uma avaliação geral sobre a qualidade do conteúdo que as redações oferecem ao leitor ao tratar da violência contra crianças e adolescentes.

TABELA 3

A cobertura sobre os 7 temas do estudo da Secretaria Geral da ONU sobre Violência contra Crianças e Adolescentes

(Total de notícias sobre Infância & Adolescência que apresentaram foco central sobre Violência, segundo o conceito da ONU, de janeiro a dezembro de 2005, nos países que compõem a Rede ANDI América Latina)

| País | Violência Doméstica | Violência em Ambientes Educativos | Violência Institucional | Violência nas Ruas e nas Comunidades | Exploração do Trabalho Infantil | Abuso & Exp. Sexual | Violência contra Crianças e Adolescentes com HIV |
|-----------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------|--|
| Argentina | 19 | 454 | 72 | 802 | 61 | 445 | 7 |
| Bolívia | 20 | 52 | 9 | 211 | 92 | 626 | 0 |
| Brasil* | 192 | 708 | 648 | 3.984 | 744 | 4.524 | 12 |
| Costa Rica | 9 | 78 | 1 | 121 | 36 | 567 | 0 |
| Equador | 29 | 101 | 39 | 289 | 134 | 248 | 0 |
| Guatemala | 4 | 29 | 30 | 185 | 48 | 116 | 1 |
| Paraguai | 97 | 324 | 35 | 64 | 120 | 753 | 1 |
| Nicarágua | 3 | 18 | 4 | 107 | 50 | 301 | 0 |
| Venezuela | 25 | 99 | 101 | 351 | 52 | 157 | 2 |
| América Latina | 398 | 1.863 | 939 | 6.114 | 1.337 | 7.737 | 23 |

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.225 notícias para a cobertura sobre Infância & Adolescência e de 1.056 notícias sobre Violência segundo critérios da ONU, obtida a partir do método por Mês Composto (ver nota metodológica para entender método por mês composto, na página 8)

TABELA 4

A cobertura para os 7 temas do estudo da Secretaria Geral da ONU sobre Violência contra Crianças e Adolescentes

(% sobre o total de notícias que abordaram como foco central o tema Violência, segundo critérios da ONU, analisadas de janeiro a dezembro de 2005, para os países que compõem a Rede ANDI América Latina)

| País | Violência Doméstica | Violência em Ambientes Educativos | Violência Institucional | Violência nas Ruas e nas Comunidades | Exploração do Trabalho Infantil | Abuso & Exp. Sexual | Violência contra Crianças e Adolescentes com HIV |
|-----------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------|--|
| Argentina | 1,02% | 24,41% | 3,87% | 43,12% | 3,28% | 23,92% | 0,38% |
| Bolívia | 1,98% | 5,15% | 0,89% | 20,89% | 9,11% | 61,98% | 0,00% |
| Brasil* | 1,78% | 6,55% | 5,99% | 36,85% | 6,88% | 41,84% | 0,11% |
| Costa Rica | 1,11% | 9,61% | 0,12% | 14,90% | 4,43% | 69,83% | 0,00% |
| Equador | 3,45% | 12,02% | 4,64% | 34,40% | 15,95% | 29,52% | 0,00% |
| Guatemala | 0,97% | 7,02% | 7,26% | 44,79% | 11,62% | 28,09% | 0,24% |
| Paraguai | 6,96% | 23,24% | 2,51% | 4,59% | 8,61% | 54,02% | 0,07% |
| Nicarágua | 0,62% | 3,73% | 0,83% | 22,15% | 10,35% | 62,32% | 0,00% |
| Venezuela | 3,18% | 12,58% | 12,83% | 44,60% | 6,61% | 19,95% | 0,25% |
| América Latina | 2,16% | 10,12% | 5,10% | 33,21% | 7,26% | 42,02% | 0,12% |

* Estimativas calculadas com base em amostra de 9.225 notícias para a cobertura sobre Infância & Adolescência e de 1.056 notícias sobre Violência segundo critérios da ONU, obtida a partir do método por Mês Composto (ver nota metodológica para entender método por mês composto, na página 8)

AVALIANDO A QUALIDADE DO CONTEÚDO

A realização de uma análise qualitativa da cobertura sobre violência é possível a partir dos critérios de classificação das notícias adotados pela Rede ANDI América Latina. O levantamento permite identificar os textos que abordam determinadas questões consideradas essenciais para que os leitores tenham as informações relevantes, que possibilitem a compreensão da Violência como um fenômeno social, para além dos seus contornos factuais.

Guia para entender os critérios

Formato da notícia

Os textos são classificados segundo quatro categorias: *Reportagem*, *Artigo*, *Editorial* ou *Entrevista*. Apesar de não ser possível avaliar o conteúdo a partir do formato, este sinaliza o enfoque e a prioridade que a imprensa dá a um determinado assunto. Percentuais elevados de *entrevistas* sugerem que os atores sociais envolvidos num determinado tema conquistaram espaço para aprofundar sua visão. *Artigos* e *editoriais* costumam, por sua vez, ocupar as principais páginas dos jornais, eles representam espaços nobres dos veículos, dedicados à opinião e ao debate. Percentuais elevados denotariam que o assunto é prioridade na agenda da imprensa. A Rede ANDI, ao classificar os textos, separa *Artigos* de *Editoriais*, uma vez que o primeiro reflete a opinião de especialistas ou articulistas; e o segundo, a opinião do próprio jornal. Já as *Reportagens* são, sem dúvida, o principal formato usado na imprensa. Em conjunto com os levantamentos sobre o conteúdo das notícias, é possível avaliar se as *reportagens* se limitam a descrever eventos isolados ou se oferecem ao leitor uma contextualização adequada.

Conteúdo da notícia

A metodologia adotada pela Rede ANDI América Latina seleciona as notícias que mencionam os seguintes temas: *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*; *legislação geral do país*; *legislação específica voltada para criança e adolescentes*; *políticas públicas*; *estatísticas*. Dessa forma, o mesmo texto pode aparecer em mais de uma das cinco categorias, caso aborde mais de um dos aspectos monitorados. As notícias que apontam a inexistência de estatísticas ou de políticas públicas também ganham pontos, pois colaboram para informar a opinião pública sobre a falta de instrumentos adequados para analisar e combater a Violência.

Ótica investigativa

Notícias que apresentam soluções – o texto indica um esforço em apresentar ao leitor propostas para combater a violência.

Notícias que apresentam denúncias – o texto denuncia a violação de um direito.

Questões de diversidade

Permite avaliar se a notícia aborda questões de *Cor/Etnia* ou *Gênero*. Um baixo percentual de notícias com essa abordagem revela que as redações não estão preocupadas em discutir fatores de risco, causas e conseqüências da violência.

Fatores de risco apontados pelo Informe da ONU

Classificou-se também as notícias que abordam fatores que elevam o risco de uma criança ou adolescente envolver-se com a violência, de acordo com o estudo das Nações Unidas: *Marco Legal e Institucional de Direitos da Infância e Adolescência; Pobreza e Exclusão Social; Esporte e Lazer; Cultura.*

Questões demográficas

São dois os parâmetros de classificação: *Faixa Etária* e *Sexo* do adolescente e/ou da criança. É possível avaliar, por exemplo, se o percentual relativo de notícias sobre uma determinada faixa etária ou sexo corresponde às estatísticas de violência daquele determinado país.

Termos pejorativos

A pesquisa identifica as notícias que usam termos pejorativos para se referir a crianças e adolescentes. Um elevado percentual de textos que abusam de formas inadequadas para se referir aos jovens – *menor, aidético, pivete, delinqüente* etc. – revela preconceito contra determinados grupos sociais.

Preconceitos

Uma das constatações mais alarmantes reveladas pelo levantamento da Rede ANDI América Latina é o uso disseminado de termos pejorativos e ultrajantes para se referir a crianças e adolescentes nas notícias de Violência. Mais de 40% dos textos chamam crianças de *menores, delinqüentes, bandidos, aidéticos* etc. O país com o melhor desempenho é o Brasil. Mesmo assim, cerca de 20% das notícias publicadas pela imprensa brasileira abusam de termos que revelam preconceito contra os jovens.

Um dos mais corriqueiros é *menor*. O termo, na sua faceta mais perversa, divide a fronteira da desigualdade social em dois universos: as crianças e os menores. O último é empregado normalmente para designar jovens das camadas mais desfavorecidas.

TABELA 5

| Uso de termos pejorativos (% das notícias de Violência que se referem a crianças e adolescentes de forma preconceituosa) | |
|--|---------------|
| País | % |
| Argentina | 30,22% |
| Bolívia | 43,27% |
| Brasil | 20,98% |
| Costa Rica | 67,98% |
| Equador | 51,43% |
| Guatemala | 44,31% |
| Paraguai | 76,26% |
| Nicarágua | 39,96% |
| Venezuela | 22,49% |
| América Latina | 44,10% |

PANORAMA QUALITATIVO

O economista brasileiro Roberto Campos, ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967), costumava dizer que “estatísticas são como o biquíni: mostram o supérfluo, mas escondem o essencial⁴”. Tal crítica pode ser um bom conselho na hora de avaliar o panorama qualitativo da cobertura dos sete temas apontados pela ONU como prioritários para compreender e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes. As estatísticas agregadas podem induzir a uma percepção equivocada de que as redações latino-americanas apresentam um desempenho relativamente bom nesse quesito. Disparidades relevantes na forma como a imprensa trata os diferentes assuntos apontados pela ONU transformam a média geral, neste caso, num número que não retrata fielmente a realidade.

Dois temas, Abuso & Exploração Sexual e Exploração do Trabalho Infantil, distorcem favoravelmente as estatísticas. Juntos correspondem à praticamente metade das notícias sobre Violência (conceito ONU). É graças a esses dois recortes temáticos que a cobertura de Violência apresenta índices qualitativos quase sempre melhores (ver Tabela 6 e 7) do que os encontrados na abordagem editorial de Infância & Adolescência como um todo, que abarca 49 assuntos. Os dados globais só garantem um desempenho melhor nos critérios *Discute políticas públicas* e *Apresenta soluções*.

Retire-se Abuso & Exploração Sexual e Exploração do Trabalho Infantil, e o quadro começa a mudar (ver Tabela 8 e 9). A cobertura geral de Infância & Adolescência avança em mais dois itens – *Menciona legislação em geral* e *Menciona fontes estatísticas*. Por outro lado, caso o recorte seja feito com base nos critérios metodológicos utilizados pela Rede ANDI América Latina, Violência passa a ter dados abaixo da média da cobertura geral em todos os quesitos, no que se refere ao conteúdo e à ótica investigativa – exceto em *Notícias que apresentam denúncias* (ver Tabela 10 e 11).

4 A frase é atribuída a Aaron Levenstein (1910-1986), professor emérito de Administração da Universidade de Baruch, nos Estados Unidos.

TABELA 6

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas (% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência (Cobertura Geral) e sobre o total de notícias sobre Violência seguindo padrões indicados pela ONU (Cobertura de Violência, em 2005)* | | | | | | | | | | | |
|---|--|--------------|--------------------------|--------------|---|--------------|---------------------------------------|--------------|--------------------------|--------------|--|
| País | Cita a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças | | Cita Legislação em Geral | | Cita Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | | Discute Políticas Públicas correlatas | | Cita Fontes Estatísticas | | Total de notícias sobre Violência, segundo conceito da ONU |
| | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | |
| Argentina | 0,70% | 0,86% | 1,41% | 1,40% | 0,58% | 0,75% | 1,51% | 0,43% | 3,33% | 1,18% | 1.860 |
| Bolívia | 0,22% | 0,50% | 2,71% | 4,06% | 1,22% | 2,18% | 3,60% | 0,50% | 3,56% | 3,96% | 1.010 |
| Brasil** | 0,01% | 0,00% | 5,44% | 3,11% | 1,39% | 5,88% | 15,95% | 7,77% | 8,84% | 7,21% | 10.812 |
| Costa Rica | 0,19% | 0,12% | 1,28% | 2,34% | 0,27% | 0,74% | 1,88% | 0,62% | 2,60% | 3,33% | 812 |
| Equador | 0,09% | 0,00% | 1,25% | 2,14% | 0,91% | 1,19% | 1,22% | 0,36% | 0,81% | 1,19% | 840 |
| Guatemala | 0,21% | 0,48% | 1,03% | 2,18% | 0,19% | 0,73% | 1,61% | 0,48% | 3,20% | 5,81% | 413 |
| Paraguai | 0,19% | 0,36% | 1,50% | 2,94% | 1,18% | 3,95% | 15,72% | 14,71% | 1,36% | 2,65% | 1.394 |
| Nicarágua | 0,48% | 1,04% | 1,75% | 4,14% | 0,84% | 1,45% | 0,77% | 0,83% | 4,98% | 7,25% | 483 |
| Venezuela | 0,05% | 0,38% | 2,53% | 2,67% | 1,47% | 5,46% | 1,07% | 0,00% | 1,52% | 3,68% | 787 |
| América Latina | 0,24% | 0,42% | 2,10% | 2,78% | 0,89% | 2,48% | 4,81% | 2,85% | 3,36% | 4,03% | 18.411 |

(*)A soma da participação de cada item não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

TABELA 7

| Ótica Investigativa (% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência (Cobertura Geral) e sobre o total de notícias sobre Violência seguindo padrões indicados pela ONU (Cobertura de Violência, em 2005)* | | | | | |
|---|----------------------------------|---------------|-----------------------------------|---------------|--|
| País | Notícias que apresentam soluções | | Notícias que apresentam Denúncias | | Total de notícias sobre Violência, segundo conceito da ONU |
| | Geral | Violência | Geral | Violência | |
| Argentina | 1,06% | 1,77% | 0,63% | 2,10% | 1.860 |
| Bolívia | 8,15% | 5,35% | 8,35% | 19,41% | 1.010 |
| Brasil** | 13,69% | 11,43% | 3,80% | 13,10% | 10.812 |
| Costa Rica | 15,03% | 8,99% | 5,21% | 6,28% | 812 |
| Equador | 15,76% | 7,62% | 8,93% | 24,29% | 840 |
| Guatemala | 20,45% | 20,10% | 10,76% | 27,36% | 413 |
| Paraguai | 16,30% | 11,76% | 11,22% | 30,06% | 1.394 |
| Nicarágua | 11,87% | 9,32% | 8,21% | 30,43% | 483 |
| Venezuela | 16,58% | 10,04% | 9,44% | 16,77% | 787 |
| América Latina | 13,21% | 9,60% | 7,39% | 18,87% | 18.411 |

(*)A soma da participação de cada item de ótica investigativa o não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods Houndmills: Macmillan).

TABELA 8

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------|--------------------------|--------------|---|--------------|---------------------------------------|---------------|--------------------------|--------------|--|
| <i>(% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência (Cobertura Geral) e sobre o total de notícias sobre Violência seguindo padrões indicados pela ONU, excetuando notícias sobre Exploração & Abuso Sexual e Exploração do Trabalho Infantil (Cobertura sobre Violência) em 2005)*</i> | | | | | | | | | | | |
| País | Cita a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças | | Cita Legislação em Geral | | Cita Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | | Discute Políticas Públicas correlatas | | Cita Fontes Estatísticas | | Total de notícias sobre Violência segundo conceitos da ONU, exclusas aquelas sobre Exploração & Abuso Sexual e Trabalho Infantil |
| | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | |
| Argentina | 0,70% | 0,52% | 1,41% | 1,33% | 0,58% | 0,37% | 1,51% | 0,30% | 3,33% | 0,00% | 1.354 |
| Bolívia | 0,22% | 0,00% | 2,71% | 2,74% | 1,22% | 1,71% | 3,60% | 0,34% | 3,56% | 1,37% | 292 |
| Brasil** | 0,01% | 0,00% | 5,44% | 1,15% | 1,39% | 0,70% | 15,95% | 1,30% | 8,84% | 4,98% | 5.544 |
| Costa Rica | 0,19% | 0,48% | 1,28% | 0,96% | 0,27% | 0,00% | 1,88% | 0,96% | 2,60% | 1,91% | 209 |
| Equador | 0,09% | 0,00% | 1,25% | 0,44% | 0,91% | 0,87% | 1,22% | 0,44% | 0,81% | 0,66% | 458 |
| Guatemala | 0,21% | 0,00% | 1,03% | 0,40% | 0,19% | 0,80% | 1,61% | 0,40% | 3,20% | 4,02% | 249 |
| Paraguai | 0,19% | 0,19% | 1,50% | 2,88% | 1,18% | 3,26% | 15,72% | 17,08% | 1,36% | 1,92% | 521 |
| Nicarágua | 0,48% | 0,76% | 1,75% | 1,52% | 0,84% | 1,52% | 0,77% | 0,76% | 4,98% | 2,27% | 132 |
| Venezuela | 0,05% | 0,35% | 2,53% | 1,90% | 1,47% | 2,60% | 1,07% | 0,00% | 1,52% | 2,42% | 578 |
| América Latina | 0,24% | 0,25% | 2,10% | 1,48% | 0,89% | 1,31% | 4,81% | 2,40% | 3,36% | 2,17% | 9.337 |

TABELA 9

| Ótica Investigativa | | | | | |
|--|----------------------------------|--------------|-----------------------------------|---------------|--|
| <i>(% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência e sobre o total de notícias sobre Violência seguindo padrões indicados pela ONU, excetuando notícias sobre Exploração & Abuso Sexual e Trabalho Infantil em 2005)*</i> | | | | | |
| País | Notícias que apresentam soluções | | Notícias que apresentam Denúncias | | Total de notícias sobre Violência segundo conceitos da ONU, exclusas aquelas sobre Exploração & Abuso Sexual e Trabalho Infantil |
| | Geral | Violência | Geral | Violência | |
| Argentina | 1,06% | 0,59% | 0,63% | 1,18% | 1.354 |
| Bolívia | 8,15% | 3,42% | 8,35% | 19,18% | 292 |
| Brasil** | 13,69% | 0,47% | 3,80% | 0,43% | 5.544 |
| Costa Rica | 15,03% | 4,31% | 5,21% | 7,66% | 209 |
| Equador | 15,76% | 3,71% | 8,93% | 25,98% | 458 |
| Guatemala | 20,45% | 18,88% | 10,76% | 20,88% | 249 |
| Paraguai | 16,30% | 11,13% | 11,22% | 43,95% | 521 |
| Nicarágua | 11,87% | 1,52% | 8,21% | 19,70% | 132 |
| Venezuela | 16,58% | 6,57% | 9,44% | 17,13% | 578 |
| América Latina | 13,21% | 5,62% | 7,39% | 17,34% | |

(*)A soma da participação de cada item não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

TABELA 10

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas (% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência (Cobertura Geral) e sobre o total de notícias sobre Violência segundo critérios da ANDI (Cobertura de Violência), em 2005)* | | | | | | | | | | | |
|---|--|-----------|------------------------------|-----------|---|-----------|---------------------------------------|-----------|--------------------------|-----------|--|
| País | Menciona a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças | | Menciona Legislação em Geral | | Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | | Discute Políticas Públicas correlatas | | Cita Fontes Estatísticas | | Total de Notícias sobre Violência segundo Metodologia da ANDI) |
| | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | Geral | Violência | |
| Argentina | 0,70% | 0,22% | 1,41% | 0,75% | 0,58% | 0,19% | 1,51% | 0,09% | 3,33% | 1,08% | 6.761 |
| Bolívia | 0,22% | 0,00% | 2,71% | 3,23% | 1,22% | 1,20% | 3,60% | 0,46% | 3,56% | 2,40% | 1.083 |
| Brasil** | 0,01% | 0,00% | 5,44% | 5,07% | 1,39% | 1,57% | 15,95% | 1,40% | 8,84% | 2,54% | 13.716 |
| Costa Rica | 0,19% | 0,22% | 1,28% | 0,66% | 0,27% | 0,22% | 1,88% | 0,44% | 2,60% | 1,53% | 915 |
| Equador | 0,09% | 0,00% | 1,25% | 0,62% | 0,91% | 0,62% | 1,22% | 0,21% | 0,81% | 0,62% | 974 |
| Guatemala | 0,21% | 0,00% | 1,03% | 0,26% | 0,19% | 0,26% | 1,61% | 0,26% | 3,20% | 2,04% | 1.176 |
| Paraguai | 0,19% | 0,12% | 1,50% | 0,89% | 1,18% | 0,85% | 15,72% | 4,95% | 1,36% | 0,77% | 2.483 |
| Nicaragua | 0,48% | 0,36% | 1,75% | 1,78% | 0,84% | 0,71% | 0,77% | 0,36% | 4,98% | 2,13% | 563 |
| Venezuela | 0,05% | 0,09% | 2,53% | 1,29% | 1,47% | 1,98% | 1,07% | 0,00% | 1,52% | 1,47% | 2.175 |
| América Latina | 0,24% | 0,11% | 2,10% | 1,62% | 0,89% | 0,84% | 4,81% | 0,91% | 3,36% | 1,62% | 29.846 |

(*)A soma da participação de cada item de contextualização não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

Lanterninha

Independentemente da definição de Violência adotada, a cobertura deste tema sempre perde em dois quesitos: *Discute políticas públicas* e *Apresenta soluções*. No contexto do conceito adotado pela ONU, apenas 2,85% das notícias preocupam-se em tratar de políticas públicas. O percentual cai para ínfimos 0,91%, quando se aplica a metodologia da Rede ANDI América Latina. Na cobertura de Infância & Adolescência, esse mesmo percentual é de 4,81%. As notícias que propõem saídas para enfrentar a violência variam de 3,96% a 9,60%, dependendo da metodologia utilizada. Na cobertura geral, chega a 13,21%.

As discussões sobre políticas públicas, assim como em torno de soluções para a Violência, são talvez as contribuições mais relevantes que a imprensa pode dar para indicar os possíveis caminhos na superação do problema. A virtual ausência dessa abordagem pode levar a uma interpretação equivocada de que não há formas de combater a violação dos direitos da Infância & Adolescência.

Sucessão de crimes

O dado que melhor retrata os problemas que cercam a construção das notícias sobre Violência é o percentual de textos que não aborda nenhum dos elementos centrais para o processo de contextualização. Das 18.411 notícias de Violência (conceito ONU), 81,11% não mencionam estatísticas (*ver tabela 11, abaixo*), legislações, políticas públicas ou soluções para superar o problema. A única conclusão viável é que a maioria esmagadora dos artigos, editoriais, entrevistas e reportagens sobre o tema se limita exclusivamente a relatar uma sucessão de eventos isolados.

TABELA 11

| Número de notícias sobre Violência que não apresentam nenhum elemento de contextualização (% sobre o total de notícias sobre Violência, segundo conceito da ONU) | | |
|--|---------------|---------------|
| Argentina | 6.542 | 96,76% |
| Bolívia | 832 | 76,82% |
| Brasil | 939 | 82,15% |
| Costa Rica | 830 | 90,71% |
| Equador | 682 | 70,02% |
| Guatemala | 921 | 78,32% |
| Paraguai | 1.896 | 76,36% |
| Nicarágua | 427 | 75,84% |
| Venezuela | 1.806 | 83,03% |
| América Latina | 14.875 | 81,11% |

O leitor chega ao final das notícias quase sempre sem saber se o evento narrado é uma exceção ou se ocorre com frequência; quais são as propostas para enfrentar o desafio; quais são as causas e as conseqüências da violência; quais são os direitos da criança e do adolescente; que tipos de medidas o Estado avalia para enfrentar o problema. De maneira

geral, ele não recebe dos jornais o mínimo de informação necessária para formar uma opinião crítica. A imprensa deixa, assim, de cumprir um papel importante: o de estimular a discussão sobre o desafio de proporcionar à juventude latino-americana um ambiente menos hostil, que dê a cada indivíduo a possibilidade de desenvolver a plenitude de seus potenciais. Em suma, as redações ainda não vêem a violência como um fenômeno social ou como um problema público.

Notícias sem rosto

Mesmo as descrições dos episódios isolados costumam ser falhas, pois raramente nesses casos são narradas a trajetória e as histórias de vida das vítimas e dos agressores. Omitir determinados dados, como raça, etnia ou origem social, pode parecer, num primeiro momento, politicamente correto. Trata-se, no entanto, de uma prática que molda a realidade. Transforma o ato violento, em si, no único personagem relevante da notícia e ajuda a esconder o fato de que questões de gênero, de raça, de etnia e de cunho social influenciam o risco de uma criança ou adolescente ser vítima ou agente da violência.

As biografias ajudam a revelar os determinantes sociais, culturais e econômicos que levam ao encontro/desencontro entre agressores e vítimas. Investigar a vida de um suspeito de estupro, por exemplo, pode colaborar para o debate sobre políticas públicas. Pesquisas mostram que vítimas de abuso sexual na infância têm uma maior probabilidade de se tornarem futuros agressores. As estatísticas também revelam padrões repetitivos nos mapas da violência de grandes metrópoles. Os moradores de zonas economicamente menos favorecidas enfrentam, normalmente, índices de criminalidade – sobretudo de homicídios – mais altos do que dos que vivem nos bairros de classe alta⁵.

Vejamos a radiografia da imprensa, quando trata de questões relacionadas a cor, etnia ou gênero. Somente 0,17% dos textos mencionam *cor/etnia*. O mesmo percentual menciona *gênero*. Quando se seleciona o material que trata de fatores riscos apontados pela ONU, o resultado não é mais animador. É preciso buscar cuidadosamente no total de 18.411 notícias para encontrar algum texto que se refira a aspectos como *Marco Legal, Jurídico e Institucional de Direitos da Infância e da Adolescência, Pobreza e Exclusão Social, Esporte e Lazer ou Cultura* (ver Tabelas 12 e 13).

O *Informe Regional da ONU* relaciona o risco de uma criança ou adolescente ser vítima da violência com a existência de uma legislação adequada para protegê-los, com o grau de pobreza que o indivíduo enfrenta e com o acesso a atividades esportivas e culturais.

⁵ O Mapa da Violência de São Paulo mostra que a chance de um morador dos Jardins morrer assassinado é menor do que na Finlândia, país com uma das melhores qualidades de vida do mundo. A taxa de homicídio no elegante bairro da capital paulista é de 2,66 para cada 100 mil habitantes; a taxa do país nórdico, de 3,24. Em São Miguel, bairro paulistano de baixa renda, a taxa de homicídio salta para 73,39. A taxa média do município de São Paulo é de 37,56.

TABELA 12

Proporção de notícias sobre Violência que abordaram questões relacionadas ao Marco Legal de Direitos, Instituições e Fatores de Risco apontados pelo Informe Regional da ONU

(% sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência que abordaram Violência como tema principal – segundo metodologia ANDI –, em 2005)*

| | Marco Legal, Jurídico e Institucional de Direitos da Infância & Adolescência | Pobreza & Exclusão Social | Esporte & Lazer | Cultura |
|-----------------------|--|---------------------------|-----------------|--------------|
| Argentina | 1,02% | 0,84% | 0,38% | 0,37% |
| Bolívia | 2,86% | 2,49% | 0,28% | 0,09% |
| Brasil** | 2,89% | 0,35% | 0,35% | 0,35% |
| Costa Rica | 0,55% | 0,66% | 0,87% | 0,33% |
| Equador | 2,57% | 1,23% | 1,13% | 0,31% |
| Guatemala | 0,94% | 0,26% | 0,34% | 0,09% |
| Paraguai | 2,38% | 4,55% | 1,73% | 0,52% |
| Nicarágua | 1,78% | 0,89% | 0,00% | 0,00% |
| Venezuela | 0,32% | 0,09% | 0,32% | 0,18% |
| América Latina | 1,70% | 1,26% | 0,60% | 0,25% |

(*)A soma da participação de cada fator de risco o não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

TABELA 13

Proporção de notícias sobre Violência que abordaram questões relacionadas a Cor, Etnia e Gênero

(% sobre o total de notícias sobre Violência – segundo Metodologia ANDI – que abordaram questões de Cor, Etnia e Gênero, em 2005)*

| | Cor/Etnia | Gênero |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Argentina | 0,06% | 0,06% |
| Bolívia | 0,18% | 0,55% |
| Brasil** | 0,44% | 0,09% |
| Costa Rica | 0,00% | 0,22% |
| Equador | 0,00% | 0,00% |
| Guatemala | 0,00% | 0,17% |
| Paraguai | 0,72% | 0,20% |
| Nicarágua | 0,00% | 0,18% |
| Venezuela | 0,09% | 0,09% |
| América Latina | 0,17% | 0,17% |

(*)A soma da participação de cada fator de diversidade não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

Polícia demais e política de menos

Uma das possíveis causas para as limitações reveladas pelos textos jornalísticos analisados é o reduzido número de fontes de informação consultadas para a construção das reportagens. A média de fontes citadas por texto publicado é de 1,5. A tabela 14 mostra que ela varia de 1, no Equador, a 1,93, no Paraguai. Não seria exagero concluir que boa parte do noticiário se constitui de “notícias de uma fonte só”, tendência que acaba restringindo a contextualização da notícia e a presença de diferentes opiniões.

TABELA 14

| Fontes ouvidas na Cobertura sobre Violência | | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------|---------------|-------------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| <i>(Número de fontes ouvidas sobre o total de notícias sobre Violência segundo conceito da ONU, em 2005)</i> | | | | | | | | | |
| | <i>Argentina</i> | <i>Bolívia</i> | <i>Brasil</i> | <i>Costa Rica</i> | <i>Equador</i> | <i>Guatemala</i> | <i>Paraguai</i> | <i>Nicarágua</i> | <i>Venezuela</i> |
| Total de fontes consultadas | 2.773 | 1.402 | 1.274 | 1.241 | 841 | 705 | 930 | 2.258 | 1.099 |
| Média de fontes por notícia | 1,49 | 1,39 | 1,41 | 1,53 | 1,00 | 1,71 | 1,93 | 1,62 | 1,40 |

Ao pesquisar quem são as principais fontes de informação para as redações latino-americanas percebe-se que o jornalismo padece de uma dependência excessiva dos órgãos policiais e/ou de investigação de crimes. Em países como o Brasil, a Venezuela e a Bolívia cerca de 1/3 das fontes ouvidas trabalham em instituições de segurança interna. Nos demais, esse tipo de fonte varia de 11,79% (Equador) a 27,54% (Paraguai). A Polícia, quando não é a principal fonte, é sempre a segunda mais importante. Nesse contexto da cobertura, corre-se o risco de repassar à sociedade a impressão de que a violência que envolve adolescentes e jovens no papel de vítimas ou de agentes é um típico “caso de polícia”, quando na verdade trata-se de uma questão de direitos humanos e sociais.

As polícias são, sim, agentes públicos relevantes em torno da Violência. Entretanto, é importante que a imprensa amplie o leque de opiniões e de fontes de informação, de forma a conseguir leituras menos tendenciosas e mais pluralistas da realidade. O próprio tipo de informação que as polícias costumam levantar favorece a publicação de textos que se limitam a descrever casos isolados, acabando por se tornar uma mera reprodução dos Boletins de Ocorrência, usados pelas delegacias como instrumentos para investigar crimes e não para compreender a violência como um fenômeno social.

O relatório *Balas Perdidas*, realizado pela ANDI em parceria com o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça brasileiro e a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar), já havia identificado, em 2001, que a qualidade das notícias sobre Violência publicadas no Brasil costuma melhorar quando não são produzidas pelas editorias de Polícia das redações. Os dados produzidos pela pesquisa da Rede ANDI América Latina não permitem fazer a mesma análise para a região, mas o caso brasileiro serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a forma como o tema precisa ser tratado. O ideal é que a cobertura deixe a “porta da delegacia” e passe a tratar do fenômeno como uma questão social, em que os papéis das políticas públicas, da sociedade civil e de especialistas precisam ganhar mais destaque.

TABELA 15

| Fontes ouvidas na cobertura sobre Violência | | | | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| (Número de fontes ouvidas sobre o total de notícias sobre Violência segundo conceito da ONU, em 2005)* | | | | | | | | | | |
| | Argentina | Bolívia | Brasil | Costa Rica | Equador | Guatemala | Paraguai | Nicarágua | Venezuela | América Latina |
| Poderes Públicos | 52,74% | 71,58% | 70,81% | 65,52% | 28,81% | 62,95% | 77,02% | 54,09% | 62,26% | 60,64% |
| Executivo Federal | 2,74% | 3,86% | 3,22% | 24,63% | 3,57% | 11,62% | 12,63% | 7,75% | 2,80% | 8,09% |
| Executivo Estadual | 7,42% | 2,28% | 14,54% | 0,00% | 2,26% | 1,21% | 1,24% | 0,00% | 3,68% | 3,63% |
| Executivo Municipal | 2,04% | 5,35% | 4,88% | 0,74% | 2,62% | 2,66% | 2,28% | 2,15% | 4,45% | 3,02% |
| Legislativo Federal | 0,43% | 0,40% | 0,55% | 1,11% | 0,12% | 2,42% | 0,41% | 0,43% | 1,14% | 0,78% |
| Legislativo Estadual | 1,45% | 0,10% | 0,00% | 0,00% | 0,24% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,25% | 0,23% |
| Legislativo Municipal | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,29% | 0,76% | 0,12% |
| Judiciário | 11,72% | 5,35% | 7,10% | 18,10% | 5,00% | 4,36% | 11,39% | 5,24% | 3,18% | 7,94% |
| Defensorias ou Ministério Público | 0,43% | 9,60% | 5,88% | 1,11% | 1,07% | 6,30% | 4,97% | 0,22% | 1,78% | 3,48% |
| Órgãos de fiscalização | 3,17% | 10,89% | 0,00% | 2,83% | 1,19% | 5,33% | 16,36% | 20,01% | 6,73% | 7,39% |
| Diplomatas | 0,05% | 0,99% | 0,00% | 0,62% | 0,24% | 0,24% | 0,21% | 0,43% | 0,51% | 0,37% |
| Polícia | 22,85% | 32,48% | 34,41% | 16,38% | 11,79% | 21,55% | 27,54% | 17,29% | 34,31% | 24,29% |
| Bombeiros ou Defesa Civil | 0,11% | 0,00% | 0,22% | 0,00% | 0,12% | 7,26% | 0,00% | 0,07% | 2,03% | 1,09% |
| Forças Armadas | 0,32% | 0,30% | 0,00% | 0,00% | 0,60% | 0,00% | 0,00% | 0,22% | 0,64% | 0,23% |
| Conselhos | 0,97% | 0,00% | 2,55% | 0,00% | 2,38% | 3,15% | 2,48% | 2,58% | 2,80% | 1,88% |
| Conselhos dos Direitos da Criança | 0,91% | 0,00% | 0,55% | 0,00% | 0,60% | 2,42% | 1,04% | 0,43% | 0,25% | 0,69% |
| Conselhos de Políticas Públicas | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 1,55% | 0,24% | 1,04% | 0,00% | 0,00% | 0,31% |
| Conselhos Tutelares | 0,05% | 0,00% | 2,00% | 0,00% | 0,24% | 0,48% | 0,41% | 2,15% | 2,54% | 0,87% |
| Familiares | 20,48% | 12,48% | 12,65% | 9,61% | 15,71% | 16,46% | 26,09% | 24,96% | 10,29% | 16,53% |
| Mãe | 8,39% | 6,53% | 7,66% | 4,80% | 6,31% | 6,78% | 16,15% | 11,91% | 4,70% | 8,14% |
| Pai | 9,35% | 2,67% | 2,55% | 2,71% | 3,81% | 6,54% | 3,11% | 6,89% | 2,03% | 4,41% |
| Outros | 2,74% | 3,27% | 2,44% | 2,09% | 5,60% | 3,15% | 6,83% | 6,17% | 3,56% | 3,98% |
| Comunidade Escolar | 10,48% | 2,18% | 4,55% | 10,22% | 4,76% | 5,33% | 6,21% | 8,82% | 5,72% | 6,47% |
| Aluno (criança) | 0,16% | 0,10% | 0,44% | 0,25% | 0,60% | 0,00% | 0,00% | 1,36% | 0,25% | 0,35% |
| Aluno (adolescente) | 3,49% | 0,30% | 0,78% | 1,11% | 1,79% | 0,24% | 1,45% | 2,37% | 0,38% | 1,32% |
| Profissionais de ensino | 4,35% | 0,79% | 1,00% | 1,85% | 0,24% | 3,15% | 3,93% | 2,58% | 3,56% | 2,38% |
| Outros profissionais | 2,47% | 0,99% | 2,33% | 7,02% | 2,14% | 1,94% | 0,83% | 2,51% | 1,52% | 2,42% |
| Crianças e Adolescentes | 7,10% | 13,37% | 11,32% | 5,30% | 14,64% | 10,65% | 18,84% | 13,70% | 3,18% | 10,90% |
| Criança | 1,08% | 3,86% | 1,33% | 1,23% | 4,05% | 4,36% | 5,59% | 4,09% | 0,25% | 2,87% |
| Adolescente | 6,02% | 9,50% | 9,99% | 4,06% | 10,60% | 6,30% | 13,25% | 9,61% | 2,92% | 8,03% |

Fontes ouvidas na cobertura sobre Violência

(continuação)

| | Argentina | Bolívia | Brasil | Costa Rica | Equador | Guatemala | Paraguai | Nicarágua | Venezuela | América Latina |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Sociedade Civil | 25,70% | 21,68% | 28,75% | 25,49% | 23,45% | 41,65% | 34,78% | 34,58% | 40,79% | 30,76% |
| Agência da Rede ANDI | 0,16% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,14% | 0,00% | 0,03% |
| Organização da Sociedade Civil | 4,03% | 3,47% | 4,88% | 2,09% | 1,31% | 8,72% | 11,59% | 5,74% | 5,59% | 5,27% |
| Fundação ou Instituto | 0,43% | 2,38% | 0,11% | 0,62% | 4,05% | 0,24% | 1,45% | 0,07% | 1,02% | 1,15% |
| Mídia | 4,14% | 0,79% | 0,55% | 2,59% | 1,19% | 3,15% | 0,41% | 0,50% | 0,38% | 1,52% |
| Empresas | 1,83% | 0,10% | 0,67% | 2,22% | 0,36% | 0,24% | 1,04% | 0,50% | 0,64% | 0,84% |
| Universidade | 0,54% | 0,10% | 1,78% | 0,37% | 0,24% | 0,00% | 0,21% | 0,14% | 1,02% | 0,49% |
| Sindicatos e entidades de classe | 0,70% | 0,99% | 4,00% | 0,99% | 1,19% | 2,18% | 0,41% | 0,86% | 1,27% | 1,40% |
| Partidos políticos ou Candidatos | 0,16% | 0,40% | 0,00% | 0,49% | 0,00% | 1,45% | 0,00% | 0,00% | 0,51% | 0,33% |
| Hospital | 0,59% | 2,48% | 0,44% | 0,62% | 0,24% | 0,97% | 1,86% | 2,22% | 1,40% | 1,20% |
| Igrejas ou Entidades religiosas | 1,02% | 0,59% | 2,11% | 3,57% | 0,12% | 0,97% | 0,00% | 1,36% | 0,64% | 1,15% |
| Pessoa Física | 11,02% | 10,00% | 13,87% | 11,33% | 14,52% | 23,73% | 16,98% | 22,67% | 27,95% | 16,90% |
| Personalidades ou artistas | 1,08% | 0,40% | 0,33% | 0,62% | 0,24% | 0,00% | 0,83% | 0,36% | 0,38% | 0,47% |
| Especialistas | 18,39% | 5,54% | 5,44% | 14,90% | 7,38% | 16,22% | 12,84% | 11,12% | 12,33% | 11,57% |
| Especialistas em geral | 16,51% | 4,55% | 4,44% | 13,42% | 6,31% | 15,98% | 12,01% | 10,69% | 12,33% | 10,69% |
| Profissionais de cultura | 0,05% | 0,10% | 0,11% | 0,74% | 0,12% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,12% |
| Profissionais ou agentes de Saúde | 1,83% | 0,89% | 0,89% | 0,49% | 0,71% | 0,24% | 0,83% | 0,36% | 0,00% | 0,69% |
| Profissionais de Esporte e Lazer | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,25% | 0,24% | 0,00% | 0,00% | 0,07% | 0,00% | 0,06% |
| Organizações Internacionais | 11,34% | 10,99% | 4,33% | 20,32% | 1,90% | 14,04% | 13,46% | 11,69% | 2,29% | 10,04% |
| OIT | 0,43% | 1,68% | 0,44% | 1,23% | 0,12% | 6,05% | 2,28% | 1,15% | 0,25% | 1,51% |
| ONU | 0,22% | 0,20% | 0,33% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,22% | 0,00% | 0,11% |
| OPS | 0,00% | 0,10% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,24% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,04% |
| PNUD | 0,05% | 0,00% | 0,00% | 0,12% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,02% |
| Unesco | 0,05% | 0,10% | 0,22% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,07% | 0,00% | 0,05% |
| Unicef | 0,48% | 1,49% | 0,55% | 0,25% | 1,31% | 0,97% | 1,24% | 0,36% | 0,38% | 0,78% |
| Unanud | 0,05% | 0,00% | 0,11% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,21% | 0,00% | 0,00% | 0,04% |
| Outros Organismos Internacionales | 0,54% | 0,99% | 0,44% | 3,82% | 0,48% | 2,42% | 4,76% | 0,65% | 0,13% | 1,58% |
| No es posible identificar fuente | 9,52% | 6,44% | 2,22% | 14,90% | 0,00% | 4,36% | 4,97% | 9,25% | 1,52% | 5,91% |

(*)A soma da participação de cada fonte não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

Lente distorcida

O principal risco de elaborar reportagens com base em um número reduzido de fontes de informação e sem abordar legislação, políticas públicas ou estatísticas é criar um retrato distorcido da realidade. Um repórter menos atento pode acabar por alimentar a existência de mitos sobre a Violência. Mais uma vez, os estudos realizados pela ANDI no Brasil podem servir de referência. Ao cruzar dados sobre personagens envolvidos, os tipos de violência praticados e as fontes de informação, os consultores brasileiros envolvidos no estudo *Balas Perdidas* identificaram três mitos recorrentes:

1. *O hiperdimensionamento* – a descontextualização das notícias deixa uma impressão exagerada da magnitude da Violência e da participação de jovens em delitos. Muitas vezes, atos que são uma exceção acabam apresentados para o leitor como se ocorressem rotineiramente.
2. *O mito da periculosidade* – quando as notícias não usam estatísticas para esclarecer a frequência de um determinado tipo de crime, colaboram para que no imaginário coletivo desenvolva-se a percepção equivocada de que os jovens são responsáveis por um número elevado de delitos graves. Isso acontece porque só os casos mais graves costumam chegar nas páginas dos diários. Os dados brasileiros comprovam que cerca de 60% dos atos infracionais praticados por adolescentes acontecem sem ameaças contra as vítimas, pois na maioria dos casos trata-se de furto.
3. *A impunidade* – a impunidade é muitas vezes confundida com a inimputabilidade. O fato de crianças e adolescentes não poderem ser processados na Justiça (inimputáveis) não significa dizer que saem impunes quando cometem delitos. “Não existe cidadania sem responsabilidade, nem se constrói cidadania apenas com discurso de direitos”, enfatiza o relatório *Balas Perdidas*. O mito da impunidade deve-se, em boa parte, a uma incompreensão do sistema socioeducativo construída pelas sociedades para enfrentar o problema da chamada “delinqüência juvenil”.

Como já foi mencionado acima, as conclusões sobre estes três mitos referem-se especificamente à imprensa brasileira. Mas, os índices para a América Latina, referentes ao conteúdo dos textos publicados em 2005, sugerem que os jornais da região tendem a reforçar os mesmos tipos de equívocos. Até porque, conforme vimos, com poucas exceções, as polícias ainda são as principais fontes da cobertura.

O objetivo da próxima parte do presente estudo é avaliar o desempenho das redações na cobertura de cada um dos sete temas de Violência propostos pela ONU. As análises específicas contribuem para revelar os desafios que a imprensa deve enfrentar para melhorar a cobertura de cada tema.

Segunda Parte

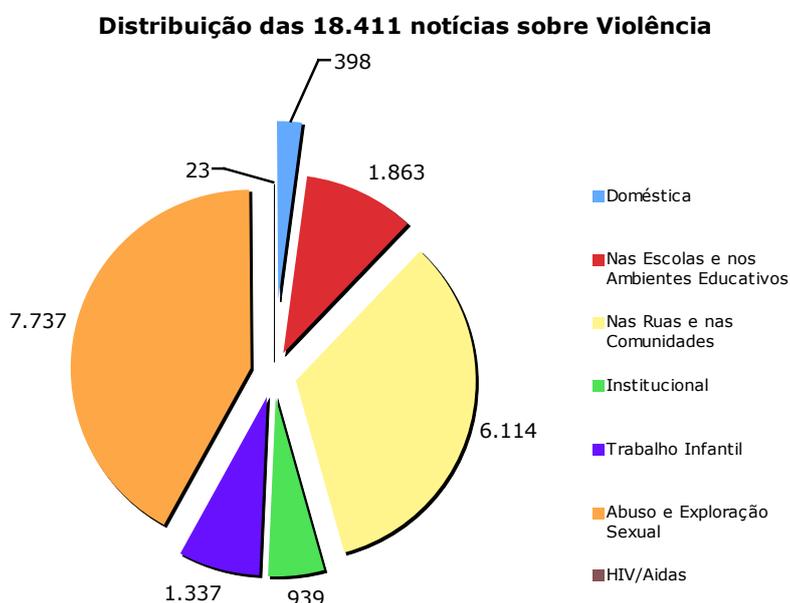
DIFERENTES PAUTAS

A segunda parte deste relatório concentra-se em analisar a cobertura dos sete temas apontados pela ONU como prioritários para compreender a violência contra crianças e adolescentes:

1. Violência Doméstica.
2. Violência nas Escolas e em Ambientes Educativos.
3. Violência nas Ruas e nas Comunidades.
4. Violência Institucional.
5. Exploração do Trabalho Infantil.
6. Abuso & Exploração Sexual.
7. Violência relacionada com HIV/Aids.

Dos tipos de violência listados, HIV/Aids é o único sobre o qual não se apresenta uma discussão específica. A razão é a quase ausência do assunto na mídia impressa latino-americana. No universo analisado, de 18.411 notícias sobre Violência (conceito ONU), apenas 23 abordaram essa questão. É um volume insuficiente para que qualquer leitura aprofundada possa ser feita, a não ser a própria constatação de que os jornais monitorados ainda não reconheceram a relevância da pauta.

Os desempenhos de cada um dos sete temas permite subdividir a cobertura em três grupos distintos. No primeiro estão as violências Doméstica e Institucional, além de HIV/Aids, aspectos que receberam pouca atenção da mídia. O volume de textos mostra-se tão reduzido que não é seguro tirar conclusões sobre a qualidade do conteúdo a partir das estatísticas disponíveis. O desafio principal das redações, neste caso, é colocar essas questões na agenda.



O segundo agrupa os temas que já contam com uma cobertura mais ampla da mídia, mas cuja qualidade deixa a desejar. Nele estão dois tipos de violência: a que acontece nas Ruas e nas Comunidades e aquela localizada nas Escolas e em Ambientes Educativos. A preocupação principal, nesses casos, é produzir textos mais qualificados, que ajudem a estimular um debate de maior grau de consistência.

Por fim, há dois temas – Exploração do Trabalho Infantil e Abuso & Exploração Sexual – que apontam para um caminho que deveria ser trilhado pelas demais coberturas. Além de contarem com espaço garantido nos diários, esse material oferece ao leitor ferramentas para uma compreensão mais adequada dos fenômenos, suas implicações e possíveis soluções.

HIV/Aids: uma pauta inexplorada

A disseminação da Aids potencializa a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, segundo o *Informe Regional da ONU*. A epidemia provoca um aumento no número de órfãos que, muitas vezes, enfrentam situações de empobrecimento e carecem de progenitores que possam criá-los e educá-los. Eles também, em muitos casos, submetem-se a tarefas perigosas ou à exploração sexual para sobreviver. Essas situações expõem esses jovens a um risco maior de contaminação pelo vírus HIV, o que acaba por criar um ciclo que se retroalimenta, afirma a ONU.

O tema Violência relacionada com HIV/AIDS está hoje, efetivamente, fora da agenda dos jornais, apesar de a doença afetar, na América Latina e Caribe, 48 mil crianças com menos de 15 e 735 mil adolescentes entre 15 e 24 anos. A imprensa tem um importante papel a cumprir, ao alertar para o fenômeno e debater soluções para que essas crianças não tenham seus direitos violados.

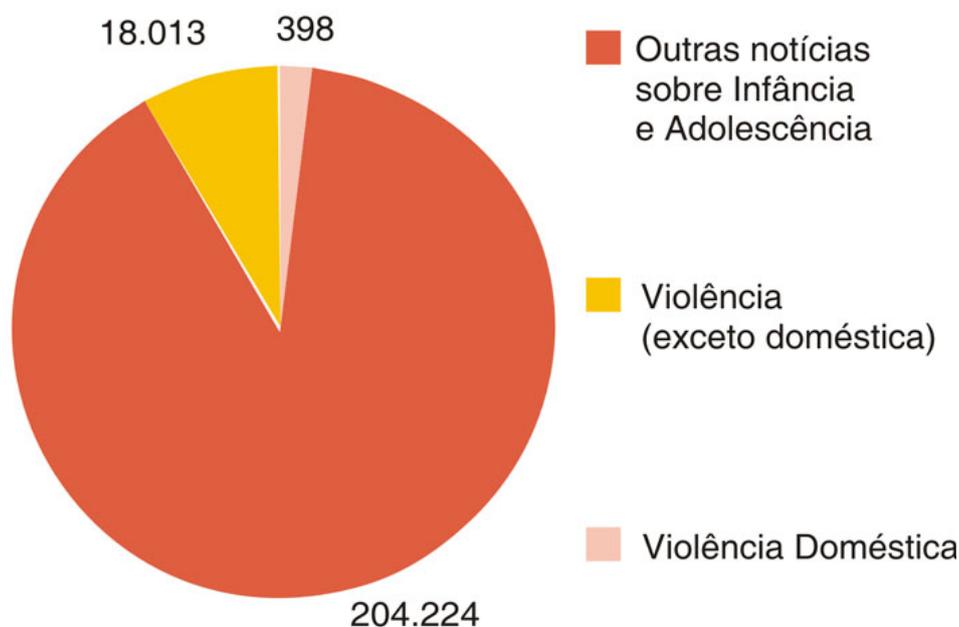
Há diversas pautas relevantes para tratar da questão, relacionadas, sobretudo, com o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes:

1. A existência ou não de preconceitos contra quem está infectado pelo vírus.
2. O acesso a cuidados médicos e à escola.
3. A adoção ou não de políticas públicas que garantam aos órfãos os cuidados adequados.
4. A proteção do direito de herança dos órfãos.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM PROBLEMA INVISÍVEL

A cobertura de Violência nos lares e no âmbito familiar ainda não ganhou visibilidade na mídia latino-americana. Apenas 398 notícias com essa temática foram identificadas ao longo de 2005 nos jornais monitorados pela Rede ANDI América Latina. Tal conteúdo corresponde a 0,18% do total de notícias publicadas sobre Infância & Adolescência. O único assunto, entre os sete temas de Violência propostos pela ONU, que recebeu menos atenção da mídia foi, como vimos, o relacionado com HIV/Aids. Do universo de textos sobre Violência (conceito ONU), a Violência Doméstica abrange somente 2,16%.

Violência doméstica: assunto sem visibilidade



É preciso notar, no entanto, que o sistema de classificação de notícias adotado pela Rede ANDI América Latina não corresponde exatamente ao recorte proposto pelas Nações Unidas. A ONU inclui na tipificação da Violência Doméstica questões ligadas ao Abuso Sexual no âmbito familiar. No presente estudo, todas as notícias sobre Abuso Sexual foram agrupadas em Abuso e Exploração Sexual, devido às características da metodologia usada pela Rede para classificar as notícias.

Essa diferença de abrangência entre as duas abordagens de Violência Doméstica não parece suficiente, contudo, para alterar a principal conclusão: há um incômodo silêncio na imprensa quando a pauta é a violência que atinge as crianças dentro de suas casas, seja ela maus-tratos físicos, violência emocional ou negligência. A invisibilidade do tema não se limita às redações. O próprio *Informe Regional da ONU* reconhece a escassez de informações disponíveis sobre o assunto.

Só costumam vazar do espaço familiar para o público os casos extremos, em que castigos ou abusos têm conseqüências graves, como mortes ou seqüelas irreparáveis. As crianças e adolescentes ou mesmo seus familiares, na maior parte das vezes, não apresentam denúncias contra os maus-tratos, que passam despercebidos ou não são encarados como uma violação dos direitos humanos. Até porque existe uma certa tolerância social em relação aos castigos físicos.

O duplo desafio

Devido ao reduzido número de notícias, é difícil retirar conclusões seguras sobre a qualidade da cobertura latino-americana sobre Violência Doméstica, conforme aponta a pesquisa da Rede ANDI América Latina. Na média⁶, o tema apresenta índices de qualidade até melhores do que os de Violência como um todo (*ver tabelas 3 e 4, na página 17*). Seria precipitado, contudo, concluir que as redações focam com mais rigor e cuidados os maus tratos infantis nos lares e no âmbito da família. O que os números certamente sinalizam é a ausência do assunto nos meios de comunicação – muito mais do que as tendências e os padrões da cobertura.

Em três dos nove países avaliados – Nicarágua, Guatemala e Costa Rica – as notícias encontradas não chegam a dez. Os cinco jornais nicaragüenses monitorados pela Rede ANDI, por exemplo, publicaram apenas três notícias sobre Violência Doméstica ao longo de 2005. Na Guatemala, foram quatro. Neste caso, o reduzido número de textos pode levar a uma leitura inflada dos eventuais méritos da cobertura: como dois deles apresentaram propostas para enfrentar o problema, 50% da cobertura guatemalteca se enquadra dentro do critério *Notícias que apresentam soluções*.

Somente Brasil e Paraguai publicaram um universo razoável de notícias sobre o tema, respectivamente, 192 e 97 textos. No caso brasileiro (*ver na próxima página*), o maior volume se deve exclusivamente à maior quantidade de jornais pesquisados. Na média, cada um dos 54 diários brasileiros monitorados produziu, em um ano, apenas 3,6 notícias sobre Violência Doméstica. O resultado não se distancia muito da realidade da América Latina. Para se ter uma idéia, na Argentina, a média dos 12 jornais monitorados foi de 1,6 notícias por ano; na Venezuela, de 4,17. A ausência desse tema na imprensa fica patente, quando comparamos os resultados com a média de notícias publicadas sobre Violência (conceito ONU) no ano passado. Na média, cada um dos jornais monitorados pela Rede ANDI América Latina publicou, em 2005, 163 textos que abordavam pelo menos um dos setes aspectos apontados pelo Informe Regional da ONU como essenciais para se compreender a Violência contra crianças e adolescentes.

Com exceção do Paraguai, só há uma conclusão prudente: as redações ainda precisam incluir a Violência Doméstica na sua agenda. Ao contrário do que acontece com boa parte da cobertura sobre Violência, o desafio não é apenas o de melhorar a qualidade dos textos. É preciso ampliar a cobertura.

⁶ O peso de cada país é 1 (hum). Ou seja, para calcular a média latino-americana, não importa o número de notícias coletadas por país. A qualidade da cobertura brasileira, que contribuiu com praticamente metade das notícias selecionadas na América Latina, tem a mesma importância (peso estatístico) que a da cobertura nicaragüense, que contribuiu com apenas 1,9% dos textos.

Caminho promissor

No Paraguai a imprensa dá sinais de acordar para a questão. Os cinco jornais monitorados desse país publicaram uma média de 19,4 notícias sobre o assunto em 2005. Não é um volume colossal, mas revela um comportamento bastante distinto em relação às nações vizinhas. Chama atenção também o elevado percentual de notícias que fazem referência às políticas públicas para o setor: 21,65%. Infelizmente, não houve nenhum texto no formato de artigo ou de editorial, espaços que costumam ocupar as principais páginas dos jornais e nos quais há mais liberdade para apresentar opiniões. Quase a totalidade do material foi publicada no formato reportagem (93,81%).

Brasil: páginas nobres e conteúdos pobres

Apesar de ainda ser tímida, a cobertura brasileira sobre Violência Doméstica chegou aos espaços mais nobres dos jornais em 2005. Entre os textos selecionados, 18,75% foram publicados no formato artigo, e outros 6,25% em editoriais. O resultado contrasta com o próprio padrão brasileiro de cobertura de assuntos sobre Infância & Adolescência, no qual apenas 4,19% das notícias são em forma de artigos e 1,16%, de editoriais.

Quando um determinado assunto passa a ocupar com mais frequência esses espaços disputados pelas agendas prioritárias dos jornais, pode-se concluir que o tema ganhou maior dimensão pública. Campanhas publicitárias voltadas para erradicar o castigo físico e humilhante contribuíram para esse resultado no Brasil.

A primeira mobilização pela causa começou em 1994, sob o mote “A palmada deseduca”, segundo o site do Laboratório de Estudos da Criança. Mas foi a partir do final de 2003 que a campanha ocupou um lugar na agenda política, quando o Projeto de Lei Nº. 2654, que visa erradicar o castigo como instrumento pedagógico, foi apresentado pela deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). No ano passado, ganhou corpo a Iniciativa Global para Acabar com Todo e Qualquer Castigo Físico e Humilhante Infantil, campanha apoiada pela Save the Children Suécia, Unicef, Unesco, ANDI, Comunicarte e mais de 90 ONGs espalhadas pelo mundo.

Vale destacar, contudo, que publicar editoriais e artigos sobre um determinado tema não garante, necessariamente, qualidade na cobertura, como revelam as estatísticas brasileiras. Em vez de debater a adoção de nova lei ou novas políticas públicas, os artigos e editoriais voltaram-se para o mérito do castigo e dos maus-tratos, questionando a efetividade de seu uso.

De maneira geral, os textos analisados não buscaram aprofundar a discussão sobre o castigo físico como uma violação dos direitos das crianças em contraponto à visão predominante nas sociedades de que castigo físico é um instrumento pedagógico. Com isso, fica de fora desse debate outra importante questão: a regulação desses direitos.

Na América Latina, portanto, o ideal é que a cobertura de Violência Doméstica venha a expandir-se, mas sem esquecer da qualidade. É preciso discutir as causas da Violência Doméstica; informar como vizinhos ou parentes ou até as próprias vítimas podem denunciar os agressores; divulgar a legislação que protege as crianças e quais são os seus direitos. Vale enfatizar que esse tipo de violência não se limita aos casos graves. Inclui também castigo corporais e/ou psicológicos. Noticiar apenas que bebês, crianças e adolescentes são maltratados, espancados ou mesmo mortos dentro de suas próprias casas é pouco para impedir que eles continuem sendo vitimados.

TABELA 16

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas | | | | | |
|---|--|-------------------------------------|--|--|------------------------------------|
| <i>(% sobre o total de notícias sobre Violência Doméstica em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) *</i> | | | | | |
| <i>País</i> | <i>Menciona a Convenção Inter. dos Direitos das Crianças</i> | <i>Menciona Legislação em Geral</i> | <i>Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes</i> | <i>Discute Políticas Públicas correlatas</i> | <i>Utiliza Fontes Estatísticas</i> |
| Argentina | 10,53% | 5,26% | 10,53% | 0% | 0% |
| Bolívia | 0% | 5,00% | 0% | 0% | 0% |
| Brasil** | 0% | 6,25% | 0% | 0% | 12,50% |
| Costa Rica | 11,11% | 11,11% | 0% | 0% | 11,11% |
| Equador | 0% | 0% | 0% | 0% | 3,45% |
| Guatemala | 0% | 0% | 0% | 0% | 25,00% |
| Paraguai | 0% | 2,06% | 3,09% | 21,65% | 1,03% |
| Nicarágua | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Venezuela | 0% | 12,00% | 4,00% | 0% | 0% |
| Cobertura sobre Violência Doméstica na América Latina | 2,40% | 4,63% | 1,96% | 2,41% | 5,90% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

(*)A soma da participação de cada item de contextualização não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para *Mês Composto*, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (*Mass Communication Research Methods*. Houndmills: Macmillan).

TABELA 17

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos (% sobre o total de notícias sobre Violência Doméstica em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) | | | | | | |
|--|---|--|---------------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Ótica Investigativa* | | | Formato da Notícia | | | |
| País | Notícias que apresentam soluções | Notícias que apresentam denúncias | Artigo | Editorial | Entrevista | Reportagem |
| Argentina | 0% | 0% | 0% | 0% | 5,96% | 94,74% |
| Bolívia | 0% | 25,00% | 0% | 0% | 5,00% | 95,00% |
| Brasil** | 25,00% | 12,50% | 18,75% | 6,25% | 0% | 75,00% |
| Costa Rica | 22,22% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Equador | 0% | 24,14% | 0% | 0% | 0% | 100% |
| Guatemala | 50,00% | 50,00% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Paraguai | 10,31% | 34,02% | 0% | 0% | 6,19% | 93,81% |
| Nicarágua | 0% | 33,33% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Venezuela | 16,00% | 12,00% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Cobertura sobre Violência Doméstica na América Latina | 13,73% | 21,22% | 2,08% | 0,69% | 1,91% | 95,39% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma da participação de cada item de ótica Investigativa não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA COBERTURA SEM EDUCAÇÃO

A cobertura sobre o universo temático de Educação tem, tradicionalmente, um padrão mais elevado de qualidade. As notícias com foco nessa questão são, segundo dados da Rede ANDI América Latina, as mais numerosas entre os diversos assuntos da agenda da Infância & Adolescência e apresentam maiores proporções de menções a políticas públicas, legislação e estatísticas. É surpreendente, portanto, que o desempenho das redações diante do tema Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos esteja, na maior parte dos casos, abaixo da média da cobertura geral de Violência (veja Tabelas 18 e 19, a seguir) – a qual, conforme já discutido na seção *Panorama Qualitativo* (página 11), não demonstra compromisso com o dever de bem informar o leitor.

Os dados sugerem que os textos enfocaram, como na maior parte da cobertura de Violência, casos individuais. Somente 2,44% das notícias discutiram políticas públicas. Fontes estatísticas só foram mencionadas em 2,27% das matérias, quase dois pontos percentuais a menos do que o resultado alcançado para a cobertura de Violência em geral. O único critério em que o tema aparece com um desempenho melhor do que Violência em geral é *Notícias que apresentam soluções* (ver Tabela 19).

Um fenômeno complexo

O *Informe Regional da ONU* faz questão de ressaltar que a Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos não é uma modalidade de violência juvenil. Trata-se de um fenômeno complexo que deriva da conjunção de diversos fatores no campo social, institucional e comportamental. Aparece de diversas maneiras:

1. Violência praticada por autoridades educativas – ocorre quando existe a imposição de castigos físicos, emocionais ou o aviltamento dos alunos.
2. Violência decorrente do estabelecimento de normas pouco claras e/ou da falta de diálogo entre diretores, famílias e alunos – provoca ações das crianças e adolescentes contra o patrimônio ou o constrangimento de alunos.
3. Violências entre as próprias crianças e adolescentes: acontece quando alunos são obrigados a se sujeitar a grupos mais velhos ou mais fortes.

A metodologia de classificação da Rede Andi América Latina permitiu selecionar um grupo de notícias que não se refere apenas à violência física nas escolas. Inclui discriminação, negligência e violência psicológica nos ambientes educativos. Foram escolhidas as notícias que tinham como tema principal a Violência e como secundário, a Educação.

Ausência do poder público

A pesquisa brasileira, que inclui informações sobre a esfera da cobertura – principal personagem ou instituição a partir da qual constrói-se o foco central da notícia – fornece dados interessantes para reflexão. A principal esfera das notícias de Violência (metodologia da ANDI⁷) no Brasil são, em 80,26% dos textos, “casos individuais/singulares”. Em apenas 5,44%, a notícia foca o governo. A cobertura de Educação, por sua vez, trata de casos individuais em apenas 11,29% dos casos. Em 58,79%, o poder público está no centro do debate.

É tentador buscar na suposta ausência ou incipiência de políticas públicas e de dados estatísticos voltados para a Violência nas Escolas uma justificativa para a pobreza das notícias que a imprensa oferece à sociedade. Mas esse não parece ser o caso. A metodologia da Rede ANDI América Latina considera, como notícias que mencionam políticas públicas, os textos que também apontam a inexistência ou fragilidade ou inadequação das respostas do Estado para o problema.

A experiência também mostra que a existência de uma legislação avançada sobre castigo corporal nas escolas não é suficiente para estimular coberturas mais completas. Entre os 19 países que foram analisados pelo *Informe Regional da ONU*, apenas cinco – Equador, Honduras, Peru, República Dominicana e Venezuela – contam com leis que proíbem castigos corporais nas Escolas. Dois dos cinco países, Equador e Venezuela, foram monitorados pela Rede ANDI em 2005. Não destoam do padrão médio da região.

O lado bom

Apesar do desempenho insatisfatório, é preciso ressaltar algumas observações positivas sobre a cobertura de Violência nas Escolas e nos Ambientes Educativos. O número de notícias publicadas sobre o tema, 1.863, é quase cinco vezes superior ao total de textos sobre Violência Doméstica. Equivale a 10,12% da cobertura geral de Violência (conceito ONU). É sinal que as redações já acompanham o assunto de forma mais sistemática.

Na Argentina, no Brasil, no Equador, na Guatemala e na Nicarágua, a proporção de notícias que ocupam espaços opinativos é substantivamente superior à média. Mas nem sempre tal posicionamento é garantia de um bom conteúdo, como já foi discutido no quadro *Brasil: páginas nobres, conteúdos pobres (página 35)*. Mais uma vez, realmente o maior número de artigos e editoriais não implicou, nesses países, um debate qualificado sobre programas e atividades institucionais direcionadas ao problema da Violência nas Escolas. Em todos os casos, a proporção de debates sobre políticas públicas presente nas notícias foi razoavelmente inferior à média de Violência em geral. Chega até mesmo a zero na Venezuela, Nicarágua e Guatemala. Além disso, de maneira semelhante à Violência Doméstica, também é preciso cautela na interpretação dos dados pertinentes a Guatemala e Nicarágua, devido à baixa frequência de notícias sobre o assunto.

⁷ A pesquisa não classificou a esfera da notícia a partir dos critérios metodológicos usados pela ONU. Apesar de o universo de notícias não coincidir exatamente com o da metodologia da Rede ANDI América Latina, os dados servem como indicativo para avaliar a qualidade da cobertura.

Outro aspecto que chama a atenção é que a *Busca de Soluções* não é o forte da cobertura sobre este tema. A vocação das notícias, em 2005, centrou-se nas denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes – em proporção substantivamente maior do que a cobertura geral sobre temáticas relativas aos direitos da Infância & Adolescência. Esse não se trata de um dado trivial, se considerarmos que a preferência por notícias que apresentam denúncias pode ser usada a favor de um maior controle social e maior contextualização da cobertura sobre o assunto. Se o jornalista não se limitasse a descrever um episódio isolado e passasse a noticiar as ações e reações do governo, do setor privado e da sociedade civil organizada, haveria um enorme potencial para revolucionar os padrões editoriais identificados até agora.

O desafio

O principal desafio na cobertura de Violência nas Escolas é melhorar o conteúdo das notícias. O volume de textos indica que o tema já está na agenda dos jornais. Seria um avanço se as notícias conseguissem responder algumas perguntas chaves: Quais as considerações levadas em conta pelos formuladores das políticas de segurança nacionais, estaduais/provinciais e das próprias escolas? As políticas são adequadas para enfrentar as causas sinalizadas por estudos dessa área? Qual a eficácia das políticas de redução da violência nas escolas em que já foram implantadas? Existem mecanismos de avaliação das políticas públicas existentes? Quais os tipos de violência mais praticados pelos alunos? Qual a abrangência da violência nas escolas, sua interferência no desempenho escolar e sua interface com a violência praticada em outros espaços?

TABELA 18

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas | | | | | |
|---|---|------------------------------|---|----------------------------------|-----------------------------|
| (% sobre o total de notícias sobre Violência nas Escolas em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005)* | | | | | |
| País | Menciona a Convenção Inter. dos Direitos das Crianças | Menciona Legislação em Geral | Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | Discute Pol. Públicas correlatas | Utiliza Fontes Estatísticas |
| Argentina | 0,44% | 0,88% | 0,22% | 0,66% | 4,41% |
| Bolívia | 0% | 3,85% | 1,92% | 1,92% | 0% |
| Brasil** | 0% | 3,39% | 1,69% | 5,08% | 5,08% |
| Costa Rica | 0% | 0% | 0% | 1,28% | 1,28% |
| Equador | 0% | 0,99% | 1,98% | 0,99% | 0% |
| Guatemala | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Paraguai | 0% | 1,23% | 0,93% | 12,04% | 1,54% |
| Nicarágua | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Venezuela | 2,02% | 1,01% | 3,03% | 0% | 8,08% |
| Cobertura sobre Violência nas Escolas na América Latina | 0,27% | 1,26% | 1,09% | 2,44% | 2,27% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

*A soma da participação de cada item de contextualização não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

**Pesquisa realizada para *Mês Composto*, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (*Mass Communication Research Methods*. Houndmills: Macmillan).

TABELA 19

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos | | | | | | |
|---|---|--|---------------------------|------------------|-------|-------------------|
| (% sobre o total de notícias sobre Violência nas Escolas em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) | | | | | | |
| Ótica Investigativa* | | | Formato da Notícia | | | |
| País | Notícias que apresentam soluções | Notícias que apresentam denúncias | Artigo | Editorial | | Reportagem |
| Argentina | 1,54% | 0,66% | 5,73% | 1,10% | 2,42% | 90,75% |
| Bolívia | 5,77% | 23,08% | 0% | 7,69% | 0% | 92,31% |
| Brasil** | 22,03% | 10,17% | 6,78% | 3,39% | 0% | 89,83% |
| Costa Rica | 8,97% | 16,67% | 5,13% | 2,56% | 1,28% | 91,03% |
| Equador | 7,92% | 26,73% | 12,87% | 0,99% | 0% | 86,14% |
| Guatemala | 20,69% | 24,14% | 13,79% | 6,90% | 0% | 79,31% |
| Paraguai | 11,11% | 29,94% | 0,31% | 0,31% | 4,01% | 95,37% |
| Nicarágua | 5,56% | 0% | 5,56% | 0% | 0% | 94,44% |
| Venezuela | 13,13% | 26,26% | 0% | 0% | 2,02% | 97,98% |
| Cobertura sobre Violência nas Escolas na América Latina | 10,75% | 17,52% | 5,57% | 2,55% | 1,08% | 90,80% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma da participação de cada item de ótica investigativa não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

VIOLÊNCIA NAS RUAS E NAS COMUNIDADES: UMA COBERTURA SEM ALVO

A Violência nas Ruas e nas Comunidades é, provavelmente, a mais visível para a sociedade, entre os sete grupos apontados pela ONU – isto porque acontece, por definição, nos espaços públicos. É difícil, portanto, que passe despercebida. Não é surpresa, portanto, que esse tipo de violência apareça entre as que receberam mais atenção da mídia no ano passado. No *ranking* quantitativo, só perde para a cobertura de Abuso & Exploração Sexual. Em 2005, os 113 diários latino-americanos monitorados pela Rede ANDI América Latina publicaram 6.114 notícias com foco nesta temática, o equivalente a 33,2% dos 18.411 textos que versaram sobre Violência (conceito ONU).

Pode-se dizer que a quantidade de notícias nos jornais reflete adequadamente a magnitude do fenômeno. Mas a qualidade, quando se analisa o conteúdo dos textos, não colabora para que a sociedade encontre as respostas necessárias para enfrentar o problema. É surpreendente, sim, que o percentual de notícias de Violência nas Ruas e nas Comunidades que apresentam soluções seja de apenas 4,31% – 9,31 pontos percentuais a menos do que o resultado para Violência em geral (conceito ONU). Mesmo quando se exclui as notícias sobre Abuso & Exploração Sexual e sobre Exploração do Trabalho Infantil – os dois temas que se destacam pela melhor qualidade – e portanto, distorcem a média – Violência nas Ruas e nas Comunidades perde nesse quesito (ver tabela 3 e 4, na página 17).

O universo do tema

A Rede ANDI América Latina optou por excluir do tema Violência nas Ruas e nas Comunidades as notícias em que crianças e adolescentes são vítimas de adultos, devido ao enfoque adotado pelo *Informe Regional da ONU*, base para a elaboração do presente estudo. O documento das Nações Unidas centra as discussões nos casos em que a violência surge no âmbito da convivências entre crianças, adolescentes e jovens nas ruas.

Para seguir o conceito proposto pela ONU foi preciso adaptar a metodologia usual da Rede ANDI, que não separa as notícias de acordo com o local em que ela é praticada. Foram classificadas nesse grupo os textos que abordaram atos violentos – desde agressões verbais, passando por furtos, até homicídios – praticados por crianças e adolescentes; aqueles praticados por gangues e organizações criminosas; violência em conflitos armados; violência contra crianças e adolescentes moradores de rua (e também por eles praticada); e atos violentos em que crianças e adolescentes aparecem, ao mesmo tempo, como agentes e vítimas

Como pode ser verificado nas tabelas da *página 44*, em nenhum dos quesitos de qualidade, a cobertura de Violência nas Ruas e nas Comunidades consegue superar a de Violência em geral. Há um baixíssimo nível de menção a legislação em geral, legislação relacionada aos direitos da infância e da adolescência, políticas públicas e estatísticas. É inevitável concluir que a cobertura do tema restringe-se, quase sempre, a uma descrição factual dos atos. Trata-se apenas de uma coleção numerosa de casos, que nem oferece ao leitor informação contextualizada nem colabora para um debate público qualificado. Faltam textos que abordem a questão como um problema de interesse público ou que deva ser alvo de políticas governamentais, ações da sociedade civil, de organismos internacionais e do setor privado.

Monotonia

É interessante notar que a cobertura de Violência nas Ruas e nas Comunidades não apresenta relevantes diferenças entre os nove países analisados. São poucos os dados que quebram a monotonia do baixo padrão de qualidade da cobertura. Merece destaque o alto percentual de textos opinativos sobre o tema na imprensa equatoriana e guatemalteca. Antes de comemorar, no entanto, seria preciso de mais dados para avaliar o conteúdo específico desses textos. No caso guatemalteco, há mais um aspecto positivo: o alto percentual de menção a estatísticas nas notícias sobre o assunto. É sinal de que há como promover uma discussão que fuja da descrição de casos meramente individuais.

A compreensão do fenômeno

A cobertura de Violência nas Ruas e nas Comunidades só conseguirá evoluir para padrões mais elevados se as redações tiverem uma compreensão adequada do fenômeno. A criminalidade juvenil está relacionada a diversos fatores de risco, conforme enfatiza o Informe Regional da ONU, ainda inédito. Evasão escolar, baixo rendimento escolar, desemprego juvenil, falta de oportunidades econômicas e sociais, impunidade do sistema, acesso a álcool e drogas e disponibilidade de armas de fogo contribuem para o envolvimento de crianças e adolescentes com o crime.

Para além das crises*

Seria ideal que os jornalistas não cobrissem as políticas governamentais e as práticas não-governamentais apenas em contexto de crise. As soluções apresentadas durante as crises tendem a ser imediatistas e desprovidas de reflexão sobre os acontecimentos. É dessa maneira que se forma a tendência em perceber a realidade a partir mais de soluções repressoras, penais, legais e menos por meio de políticas sociais, de Justiça e de segurança preventiva.

**Trecho do documento Balas Perdidas, publicado pela ANDI, em 2001*

TABELA 20

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas (total de notícias sobre Violência nas Ruas em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005)* | | | | | |
|---|--|------------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|
| País | Menciona a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças | Menciona Legislação em Geral | Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | Discute Políticas Públicas correlatas | Utiliza Fontes Estatísticas |
| Argentina | 0,38% | 1,63% | 0,25% | 0,13% | 0% |
| Bolívia | 0,47% | 0,95% | 0% | 0% | 0% |
| Brasil** | 0% | 2,12% | 2,73% | 0,60% | 1,20% |
| Costa Rica | 0% | 0,83% | 0% | 0,83% | 1,65% |
| Equador | 0% | 0,35% | 0,69% | 0,35% | 0,69% |
| Guatemala | 0% | 0% | 0,54% | 1,08% | 6,49% |
| Paraguai | 0,23% | 1,58% | 2,49% | 5,66% | 0,68% |
| Nicarágua | 0,93% | 1,87% | 1,87% | 0,93% | 2,80% |
| Venezuela | 0% | 1,42% | 2,56% | 0% | 0,85% |
| Cobertura sobre Violência nas Ruas na América Latina | 0,22% | 1,19% | 1,24% | 1,06% | 1,60% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

(*)A soma da participação de cada item de contextualização não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

TABELA 21

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos (% sobre o total de notícias sobre Violência nas Ruas em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) | | | | | | |
|---|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------|--------------|---------------|
| País | Ótica Investigativa* | | Formato da Notícia | | | |
| | Notícias que apresentam soluções | Notícias que apresentam denúncias | Artigo | Editorial | Entrevista | Reportagem |
| Argentina | 0,13% | 1,13% | 2,00% | 0,25% | 1,62% | 96,13% |
| Bolívia | 0,13% | 13,74% | 0,47% | 0,00% | 0,47% | 99,05% |
| Brasil** | 0,13% | 2,11% | 1,51% | 0,60% | 0,30% | 97,59% |
| Costa Rica | 0,13% | 5,79% | 0% | 0% | 2,48% | 97,52% |
| Equador | 0,13% | 25,95% | 7,61% | 0,35% | 0,69% | 91,35% |
| Guatemala | 0,13% | 18,38% | 7,57% | 4,32% | 2,16% | 85,95% |
| Paraguai | 2,49% | 23,08% | 0,45% | 0,23% | 1,81% | 97,51% |
| Nicarágua | 0,93% | 22,43% | 1,73% | 0% | 8,76% | 89,51% |
| Venezuela | 3,42% | 9,97% | 0,76% | 0,00% | 0,34% | 98,91% |
| Cobertura sobre Violência nas Ruas na América Latina | 4,31% | 13,62% | 2,46% | 0,64% | 2,07% | 94,84% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma da participação de cada item de ótica investigativa não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: UMA COBERTURA PARCA E FRACA

A cobertura de Violência Institucional segue padrões semelhantes ao de Violência Doméstica, o que não é uma boa notícia. A principal característica é o número reduzido de textos. Em 2005, os jornais latino-americanos monitorados pela Rede ANDI América Latina publicaram apenas 939 notícias no âmbito dessa temática, o equivalente a 5,1% do total sobre Violência (conceito da ONU). É mais que o dobro da cobertura de Violência Doméstica (398 textos), mas mesmo assim irrisória, quando comparada aos 7.737 textos sobre Abuso & Exploração Sexual ou aos 6.411 de Violência nas Ruas e nas Comunidades.

Além de reduzida, a cobertura também apresenta um dos piores desempenhos no critério qualidade. Está abaixo da média de Violência Doméstica e de Violência em geral (conceito ONU) em quase todos os critérios analisados. Como há um número pequeno de textos, é preciso ponderar que as estatísticas revelam mais a ausência do assunto nas páginas dos jornais do que o padrão da cobertura.

Visível, mas ignorada

Na seção anterior, que abordou a Violência Doméstica, argumentou-se que os maus-tratos nos ambientes familiares ainda eram invisíveis, e não apenas para a imprensa. A justificativa para a parca cobertura de Violência Institucional não pode ser a mesma. Ela é visível, mas ignorada, pelo menos no caso brasileiro.

Relatório da visita de Asma Jahangir, oficial da Comissão de Direitos Humanos da ONU, divulga que, nos estados do Pará, da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além do Distrito Federal, mais de 3.017 civis foram mortos por forças policiais entre os anos de 2000 e 2001. E, segundo os dados sobre Execuções Sumárias, as principais vítimas da Violência Institucional são jovens negros, do sexo masculino, com idade entre 15 e 19 anos, moradores de comunidades pobres.

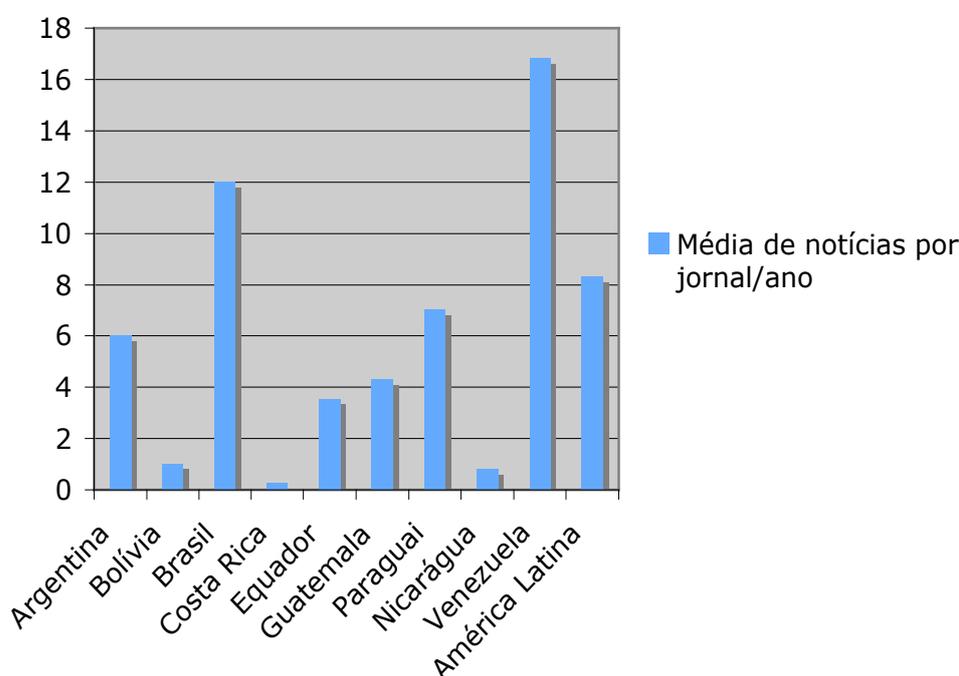
Era de se esperar que, devido à própria presença diária da Violência Institucional, os meios de comunicação já contassem com mais maturidade para cobrir esses fatos. O padrão, contudo, é de explorar casos individuais, perdendo de vista uma perspectiva mais ampla e propositiva para enfrentar esse desafio.

Em 1993, a mídia brasileira demonstrou um interesse acentuado ao cobrir a Chacina da Candelária – um massacre que provocou a morte de 8 adolescentes e feriu 6 crianças e adolescentes. Em somente dois meses de 1996, 183 notícias foram publicadas sobre o julgamento do primeiro policial responsável pela morte dessas crianças. A atenção parece ter ficado circunscrita a um ato isolado, como se pode perceber a partir da quantidade e qualidade das notícias publicadas em 2005.

Além das médias

Seria incorreto generalizar as afirmações acima para todos os países, quando se trata dos dados quantitativos. No caso da Costa Rica, da Nicarágua e da Bolívia é verdade que a cobertura da violência praticada por autoridades públicas contra crianças e adolescentes foi quase inexistente. Os quatro jornais costa-riquenhos acompanhados pela Rede ANDI América Latina publicaram, por exemplo, apenas uma notícia sobre o tema. Mas, no Brasil e na Venezuela, o quadro é um pouco distinto. Enquanto a média latino-americana foi de 8,3 notícias por jornal no ano, a brasileira foi de 12. A venezuelana, de 16,8.

Atenção desigual



A maior atenção dada pela imprensa de alguns países à Violência Institucional, no entanto, não veio acompanhada de apurações mais cuidadosas. Nenhum dos textos brasileiros ou venezuelanos discute políticas públicas. Na verdade, entre os nove países analisados, apenas o Paraguai publicou notícias que as abordavam (*ver tabela 22*). É um resultado surpreendente, pois se trata de um modo de violência em que o Estado é o próprio agente das ofensas. Era de se esperar um desempenho menos medíocre.

Indigência total

O desempenho nos demais critérios de conteúdo não é muito diferente do de *Menção a políticas públicas*. Apenas 1 dos 939 textos publicados na região faz menção a fontes estatísticas. Nenhum país, dessa vez sem exceções, mencionou a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças. A maioria também não abordou sequer uma vez a legislação geral do país ou aquela voltada para Crianças e Adolescentes.

Na categoria *Formato da Notícia*, o material sobre Violência Institucional manteve o padrão geral da cobertura de Violência. A imprensa latino-americana se priva de comentar o assunto nos espaços opinativos. Quase todos os textos, 96,88%, são reportagens. Não seria necessariamente um dado desalentador, se ao menos os repórteres qualificassem o debate a partir da menção de estatísticas, legislações e políticas públicas.

Muita denúncia e pouca solução

O único critério em que a cobertura de Violência Institucional se destaca positivamente é em *Notícias que apresentam denúncias*. Do total, 24,35% dos textos adotam essa ótica (ver Tabela 23, na próxima página). Mas se o desempenho aqui é melhor do que a média da cobertura de Violência em geral (critérios da ONU), ele volta a decepcionar na categoria *Notícias que apresentam soluções*. Apenas 5,60% do material oferece ao leitor uma visão dos caminhos para o enfrentamento da violência de agentes e instituições públicas contra crianças e adolescentes. E cabe perguntar que tipo de soluções são apresentadas, quando se sabe que textos com referências a políticas públicas foram encontrados apenas na imprensa do Paraguai.

TABELA 22

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas | | | | | |
|---|---|------------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|
| (% sobre o total de notícias sobre Violência Institucional em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005)* | | | | | |
| País | Menciona a Convenção Inter. dos Direitos das Crianças | Menciona Legislação em Geral | Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | Discute Políticas Públicas correlatas | Utiliza Fontes Estatísticas |
| Argentina | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Bolívia | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Brasil** | 0% | 7,41% | 3,70% | 0% | 0% |
| Costa Rica | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Equador | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Guatemala | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Paraguai | 0% | 2,86% | 0% | 11,43% | 0% |
| Nicarágua | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Venezuela | 0% | 1,98% | 1,98% | 0% | 0,99% |
| Cobertura sobre Violência Institucional na América Latina | 0,00% | 1,36% | 0,63% | 1,27% | 0,11% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

(*)A soma da participação de cada item de contextualização não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para *Mês Composto*, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (*Mass Communication Research Methods*. Houndmills: Macmillan).

TABELA 23

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos (% sobre o total de notícias sobre Violência Institucional em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) | | | | | | |
|--|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------|--------------|---------------|
| País | Ótica Investigativa* | | Formato da Notícia | | | |
| | Notícias que apresentam soluções | Notícias que apresentam denúncias | Artigo | Editorial | Entrevista | Reportagem |
| Argentina | 0% | 1,39% | 1,39% | 0% | 4,17% | 94,44% |
| Bolívia | 11,11% | 66,67% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Brasil** | 1,85% | 14,81% | 1,85% | 1,85% | 0% | 96,30% |
| Costa Rica | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Equador | 0% | 23,08% | 3,85% | 0% | 0% | 96,15% |
| Guatemala | 26,67% | 30,00% | 0% | 6,67% | 3,33% | 90,00% |
| Paraguai | 2,86% | 48,57% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Nicarágua | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Venezuela | 7,92% | 34,65% | 3,96% | 0,99% | 0% | 95,05% |
| América Latina | 5,60% | 24,35% | 1,23% | 1,06% | 0,83% | 96,88% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma da participação de cada item de ótica investigativa não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: COBERTURA EXEMPLAR

Os textos sobre Exploração do Trabalho Infantil são uma prova cabal de que a cobertura de Violência contra Crianças e Adolescentes pode ter um padrão de qualidade diferente do que se observou na maioria dos demais temas. Ela apresenta o melhor desempenho. Entretanto, não é das mais volumosas. Aparece à frente apenas de Violência Doméstica, Violência Institucional e HIV/Aids, que estão praticamente fora das agendas dos jornais. Foram 1.337 notícias nos 113 jornais monitorados no ano passado. Mas apesar de pequena, a cobertura mostrou consistência.

A pesquisa da Rede ANDI América Latina revela que as redações se empenharam em oferecer ao leitor as informações necessárias para que ele desenvolva uma compreensão da magnitude do fenômeno, do papel do poder público no combate ao problema e das possíveis soluções que estão em debate.

Uma campanha de sucesso

A atenção que a mídia latino-americana deu à Exploração do Trabalho Infantil foi, em boa parte, estimulada pelo Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, promovido pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) em 12 de junho. Das 1.337 notícias sobre o tema, 15,48% foram publicadas neste mês. Se houvesse uma distribuição uniforme ao longo do ano, cada um dos meses seria responsável por 8,33% dos textos.

Os países que sinalizam maior adesão à campanha da OIT são Costa Rica e Nicarágua. A Venezuela tem um resultado intrigante: ao invés de concentrar um número de notícias acima da média em função do maior número de oficinas e debates ao longo do mês de junho, a cobertura sobre Trabalho Infantil caiu em relação aos demais meses.

TABELA 24

Distribuição das notícias sobre Exploração do Trabalho Infantil ao longo do ano de 2005

(% sobre o total de notícias sobre Trabalho Infantil publicadas em cada país)

| País | Mês de junho | Demais meses do ano |
|-----------------------|---------------|---------------------|
| Argentina | 16,13% | 83,87% |
| Bolívia | 10,87% | 89,13% |
| Brasil | 16,13% | 83,87% |
| Costa Rica | 33,33% | 66,67% |
| Equador | 13,43% | 86,57% |
| Guatemala | 11,76% | 88,24% |
| Paraguai | 14,17% | 85,83% |
| Nicarágua | 21,57% | 78,43% |
| Venezuela | 1,92% | 98,08% |
| América Latina | 15,48% | 84,52% |

Um das possíveis explicações para a qualidade dessa cobertura é o fato de o assunto não freqüentar as páginas policiais dos jornais. O relatório *Balas Perdidas*, produzido pela ANDI, registra que, em diversas pesquisas já realizadas no Brasil, que “quanto menos os assuntos são tratados pelas editorias de polícia, melhores são as reportagens quanto à qualidade das abordagens”. O repórter policial enfatiza o caso isolado e baseia a apuração em fontes da Polícia. Nas editorias que discutem políticas públicas com maior freqüência, a Violência tem maior chance de ser tratada como um fenômeno social.

TABELA 25

Fontes Policiais na Cobertura sobre Violência em Geral e na Cobertura sobre Exploração do Trabalho Infantil

(Número de fontes sobre o total de notícias sobre Trabalho Infantil em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) *

| País | Violência, Segundo Critérios da ANDI | Violência, segundo conceito da ONU | Trabalho Infantil |
|----------------|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Argentina | 22,98% | 22,85% | 2,56% |
| Bolívia | 35,00% | 32,48% | 4,35% |
| Brasil** | 37,18% | 34,41% | 1,56% |
| Costa Rica | 18,03% | 16,38% | 5,56% |
| Equador | 14,37% | 11,79% | 0,00% |
| Guatemala | 35,29% | 21,55% | 0,00% |
| Paraguai | 13,13% | 27,54% | 2,50% |
| Nicarágua | 38,72% | 17,29% | 2,00% |
| Venezuela | 34,34% | 34,31% | 3,85% |
| América Latina | 27,67% | 24,29% | 2,49% |

(*)A soma da participação das fontes policiais com demais fontes não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para *Mês Composto*, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (*Mass Communication Research Methods*. Houndmills: Macmillan).

Enquanto apenas 2,85% das notícias sobre Violência (segundo critérios da ONU) trataram de discutir políticas públicas, 12,49% dos textos sobre Exploração do Trabalho Infantil abordaram a questão. Em 14,31% dos textos houve menções a estatísticas, quando a média de Violência é apenas de 4,03%. Em três países – Brasil, Costa Rica e Nicarágua –, a porcentagem de matérias que mencionam estatísticas supera 20%. Na Tabela 26 (página 52) é possível verificar também que o percentual com menções à legislação e à Convenção Internacional dos Direitos das Crianças supera largamente o da cobertura de Violência.

Apesar de a cobertura do tema apresentar um bom desempenho geral, é preciso entretanto destacar a ausência de reportagens sobre determinados tipos de trabalho infantil, como o caso de crianças que pedem esmola ou vendem produtos nos sinais de trânsito nas principais cidades latino-americanas. Nesse aspecto específico, é possível traçar um paralelo com a Violência Doméstica, que continua fora da agenda dos diários. A própria sociedade, e não apenas a imprensa, mostra uma certa insensibilidade à violação de alguns dos direitos da Infância & Adolescência. Da mesma forma que existe tolerância em relação ao castigo como método educacional, o trabalho de crianças nas ruas, talvez por ser um fenômeno corriqueiro, não provoca indignação.

Enfoque em propostas

O esforço para apresentar soluções nas reportagens, editoriais, artigos ou entrevistas é quase três vezes maior do que o da cobertura de Violência em geral. No total, 28,42% dos textos propõem caminhos para superar essa violação do direito das Crianças e Adolescentes. O material sobre Trabalho Infantil permanece em destaque mesmo quando se compara com as estatísticas relativas a um universo mais qualificado, como o da cobertura dos 46 temas de Infância & Adolescência monitorados pela Rede ANDI América Latina. A média de notícias que oferecem soluções, nesse caso, é de 13,21%.

A única categoria em que o padrão da cobertura sobre Exploração do Trabalho Infantil não difere substancialmente do de Violência é em *Notícias que apresentam denúncias*. Levando em conta o conteúdo médio dos textos, contudo, parece correto afirmar que as denúncias de Trabalho Infantil são mais completas: não se limitam a apontar a violação de um direito, preocupam-se também em discutir o papel do Estado, as causas e conseqüências da exploração da mão-de-obra infantil, os dados disponíveis sobre o fenômeno e, o mais auspicioso, em propor soluções.

Esforço da sociedade

É interessante ressaltar que os dois países que mais discutiram, proporcionalmente, políticas públicas – Brasil e Paraguai – implementaram programas de combate à exploração de trabalho infantil. No caso brasileiro, o bom desempenho se deve, em boa parte, à cobertura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que prevê a transferência de renda para famílias cujas crianças têm uma frequência escolar mínima. No Paraguai, a cobertura se dirigiu em grande parte aos programas nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil Rural e de Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico.

Reflexões

Ao avaliar os dados de cada país, individualmente, se fazem necessárias algumas ponderações. A idéia é que nos ajudem a refletir sobre formas de aprimorar a cobertura, mais do que questionar a qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido.

1. Na Argentina, há um baixíssimo percentual de denúncias sobre crianças e adolescentes que trabalham irregularmente. Isso significa que Trabalho Infantil deixou de ser um problema ou que os meios de comunicação não estão dando adequada visibilidade ao tema?

2. A mídia boliviana não apresentou nenhuma referência ao marco legal-jurídico relacionado à Exploração do Trabalho Infantil. O fato de boa parte de sua cobertura específica ter apresentado estatísticas e discutido políticas públicas seria suficiente para concluir que a cobertura desse país sobre o tema é qualificada?

TABELA 26

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas | | | | | |
|---|--|-------------------------------------|--|--|------------------------------------|
| <i>(% sobre o total de notícias sobre Exploração do Trabalho Infantil em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias sobre Infância & Adolescência na América Latina, em 2005) *</i> | | | | | |
| País | Menciona a Convenção Inter. dos Direitos das Crianças | Menciona Legislação em Geral | Menciona Legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | Discute Políticas Públicas correlatas | Utiliza Fontes Estatísticas |
| Argentina | 1,64% | 6,56% | 3,28% | 4,92% | 0% |
| Bolívia | 0% | 0% | 0% | 22,22% | 17,39% |
| Brasil** | 0% | 12,90% | 6,45% | 48,39% | 20,97% |
| Costa Rica | 0% | 0% | 8,33% | 0% | 22,22% |
| Equador | 0% | 1,49% | 2,24% | 0,75% | 2,99% |
| Guatemala | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 0% | 14,58% |
| Paraguai | 0,83% | 4,17% | 13,33% | 34,17% | 9,17% |
| Nicarágua | 6,00% | 10,00% | 0% | 2,00% | 28,00% |
| Venezuela | 1,92% | 3,85% | 19,23% | 0% | 13,46% |
| Cobertura sobre Trabalho Infantil na América Latina | 1,39% | 4,56% | 6,10% | 12,49% | 14,31% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

TABELA 27

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos | | | | | | |
|--|---|--|---------------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| <i>(% sobre o total de notícias relacionadas à Exploração do Trabalho Infantil em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias relacionadas à Infância & Adolescência na América Latina)</i> | | | | | | |
| País | Ótica Investigativa* | | Formato da Notícia | | | |
| | Notícias que apresentam soluções | Notícias que apresentam denúncias | Artigo | Editorial | Entrevista | Reportagem |
| Argentina | 13,11% | 1,64% | 6,56% | 4,92% | 0,00% | 88,52% |
| Bolívia | 19,57% | 22,83% | 0,00% | 1,09% | 4,35% | 94,57% |
| Brasil** | 20,97% | 20,97% | 0% | 6,45% | 4,84% | 88,71% |
| Costa Rica | 52,78% | 13,89% | 0% | 5,56% | 22,22% | 72,22% |
| Equador | 20,15% | 14,18% | 1,00% | 1,00% | 14,00% | 84,00% |
| Guatemala | 27,08% | 39,58% | 16,67% | 8,33% | 2,08% | 72,92% |
| Paraguai | 31,67% | 30,83% | 3,33% | 0% | 0,83% | 95,83% |
| Nicarágua | 32,00% | 18,00% | 10,00% | 0% | 0% | 90,00% |
| Venezuela | 38,46% | 9,62% | 23,08% | 0% | 1,92% | 75,00% |
| Cobertura sobre Trabalho Infantil na América Latina | 28,42% | 19,06% | 6,74% | 3,04% | 5,58% | 84,64% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

EXPLORAÇÃO & ABUSO SEXUAL: NA DIREÇÃO CORRETA

A cobertura de Abuso & Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é a mais numerosa entre os sete temas de Violência propostos pela ONU. Soma 7.737 notícias, o equivalente a 42,02% do total analisado. O empenho das redações em cobrir o assunto não se limita ao volume. Aparece também na qualidade do conteúdo oferecido ao leitor. É a segunda cobertura melhor qualificada, logo após Exploração do Trabalho Infantil. Os percentuais de textos que mencionam a legislação geral e específica sobre casos de abuso e exploração comercial de crianças e adolescentes são satisfatórios, quando comparados com o desempenho médio das notícias de Violência (conceito ONU).

Mas há dois aspectos que impedem conclusões mais animadoras: o reduzido número de notícias que discutem políticas públicas e daquelas que apresentam soluções para esse tipo de violação. O percentual de textos que trata das políticas públicas é até um pouco superior ao da média da cobertura de Violência. Fica, contudo, abaixo do encontrado na cobertura geral de Infância & Adolescência - soma não mais do que 3,13%. O índice de notícias que propõem alternativas para evitar o abuso e a exploração sexual de crianças e jovens é, comparativamente, ainda menos encorajador. Está abaixo das médias gerais.

O desafio

Quando a imprensa não aponta saídas para enfrentar uma das violações mais devastadoras da integridade moral, física e psicológicas de crianças e adolescentes, ela apenas denuncia uma realidade, mas não colabora para a criação de um debate que permita mudar o quadro. Não tratar das políticas públicas – ou, se for o caso, apontar a inação de atores sociais e governamentais – tem o mesmo tipo de implicação.

Outro dado que pode indicar a ausência de uma discussão mais qualificada sobre o tema é a pouca presença do assunto em editoriais e artigos. Apesar de contar com uma fatia da cobertura muito maior do que a reservada para o Trabalho Infantil, são mais limitados os percentuais de notícias em formato opinativo. É possível argumentar que, proporcionalmente, o Trabalho Infantil chamou mais a atenção dos formadores de opinião.

Destaque

O desempenho da Brasil demanda atenção especial. As redações desse país foram as que mais enriqueceram os textos com elementos de contextualização. Os dados são razoáveis: mais de 8% das notícias abordam a legislação geral; mais de 9% mencionam políticas públicas correlatas; e 7,43% mencionam estatísticas. Mesmo a referência ao marco legal específico apresenta índices razoáveis frente a outros países, de 3,18%. A Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, de 1989, não aparece no Brasil em nenhuma notícia, mas é preciso destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente consiste em um conjunto de leis específicas que se derivaram da própria Convenção – e, portanto, à qual os jornalistas brasileiros referem-se com maior frequência.

TABELA 28

| Legislação, Políticas Públicas e Estatísticas (% sobre o total de notícias relacionadas ao tema Exploração & Abuso Sexual em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias relacionadas à Infância & Adolescência na América Latina)* | | | | | |
|---|--|------------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|
| País | Menciona a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças | Menciona Legislação em Geral | Menciona legislação específica voltada para Crianças e Adolescentes | Discute Políticas Públicas correlatas | Utiliza Fontes Estatísticas |
| Argentina | 1,12% | 0,45% | 1,12% | 0,22% | 3,33% |
| Bolívia | 0% | 4,31% | 1,44% | 0,48% | 3,04% |
| Brasil** | 0% | 8,22% | 3,18% | 9,28% | 7,43% |
| Costa Rica | 0% | 2,47% | 0,53% | 0,53% | 2,65% |
| Equador | 0% | 5,65% | 0,40% | 0% | 1,21% |
| Guatemala | 0,86% | 5,17% | 0% | 0,86% | 6,03% |
| Paraguai | 0,40% | 1,33% | 1,86% | 8,50% | 2,12% |
| Nicarágua | 0,33% | 3,99% | 1,33% | 0,66% | 1,00% |
| Venezuela | 0% | 3,18% | 7,01% | 0% | 5,10% |
| Cobertura sobre Exploração & Abuso Sexual na América Latina | 0,30% | 3,86% | 1,87% | 2,28% | 3,57% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 0,24% | 2,10% | 0,89% | 4,81% | 3,36% |

(*)A soma não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

TABELA 29

| Perfil das notícias – ótica de investigação e formato dos textos (% sobre o total de notícias relacionadas à Exploração & Abuso Sexual em cada País e na América Latina; e % sobre o total de notícias relacionadas à Infância & Adolescência na América Latina) | | | | | | |
|---|--|---|---------------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Ótica Investigativa* | | | Formato da Notícia | | | |
| País | Notícias que apresentam soluções* | Notícias que apresentam denúncias* | Artigo | Editorial | Entrevista | Reportagem |
| Argentina | 2,92% | 4,49% | 2,70% | 0,22% | 2,70% | 94,38% |
| Bolívia | 3,67% | 18,53% | 0,48% | 1,44% | 1,12% | 96,96% |
| Brasil** | 11,67% | 15,65% | 2,65% | 0,80% | 1,06% | 95,49% |
| Costa Rica | 7,05% | 5,29% | 0,71% | 1,41% | 8,29% | 89,59% |
| Equador | 5,65% | 26,21% | 0% | 0% | 0% | 100,00% |
| Guatemala | 12,07% | 35,34% | 25,86% | 0% | 1,72% | 72,41% |
| Paraguai | 5,98% | 17,00% | 1,06% | 0,13% | 0,40% | 98,41% |
| Nicarágua | 8,97% | 35,55% | 2,33% | 0% | 0% | 97,67% |
| Venezuela | 10,83% | 10,19% | 4,46% | 0,64% | 0,64% | 94,27% |
| Cobertura sobre Exploração & Abuso Sexual na América Latina | 7,65% | 18,69% | 4,47% | 0,52% | 1,77% | 93,24% |
| Cobertura em geral sobre Infância & Adolescência na América Latina | 13,21% | 7,39% | 4,94% | 0,83% | 1,20% | 93,03% |

(*)A soma não se iguala a 100%, já que a variável permite marcação múltipla.

(**)Pesquisa realizada para Mês Composto, método de amostragem utilizado especificamente para um universo de notícias. Ver Hansen et alii 1998 (Mass Communication Research Methods. Houndmills: Macmillan).

CONCLUSÃO

“O jornalista não deve oferecer nas páginas dos jornais apenas aquilo que o leitor quer ler. Precisa também divulgar as informações que o leitor precisa ter”, costuma dizer o jornalista brasileiro Clóvis Rossi, repórter e articulista da *Folha de S. Paulo*.

Será que a cobertura de Violência na América Latina cumpre a missão de oferecer aos leitores as informações necessárias para que ele forme uma opinião crítica e bem embasada da violência que assola crianças e adolescentes?

Metade da cobertura – a de Abuso & Exploração Sexual e Exploração do Trabalho Infantil – parece atender ao critério de bom jornalismo proposto por Rossi. Fornece instrumentos para que se possa compreender a magnitude do fenômeno (estatísticas) e os direitos dos jovens (legislações). Discute políticas públicas, sem as quais não é possível garantir às crianças e adolescentes da região condições de vida mais dignas. E não se furta a apresentar propostas para solucionar o problema.

O reducionismo farisaico

Em entrevista publicada no documento *Imprensa, Infância e Desenvolvimento Humano* – publicado pela ANDI –, o jornalista Rui Nogueira fala das dificuldades dos profissionais da imprensa em contextualizar a cobertura. Nogueira é atualmente chefe de reportagem da sucursal de Brasília do jornal o *Estado de S. Paulo*. Foi diretor do site e da revista *Primeira Leitura*. Também já foi secretário de redação e coordenador de política da sucursal da *Folha de S. Paulo* na capital federal. Atuou ainda como editor da TV Globo e coordenador de telejornais regionais da emissora no Distrito Federal, além de editor de Cultura do *Correio Braziliense*.

As redações, do repórter ao editor-chefe, têm uma infeliz tendência ao exercício da desculpa esfarrapada. Falta sempre alguma coisa para que o trabalho saia do jeito que deveria sair. O jornalismo político e econômico do Brasil é dos melhores do mundo porque houve uma pressão em favor do aperfeiçoamento, da qualificação de fontes e de profissionais. Falta às redações darem à violência e demais temas sociais a importância que dão à política, à economia e aos esportes.

Em nome de uma simplicidade que supostamente facilita a construção da notícia estamos sempre a praticar um reducionismo farisaico, que oferece a exceção como exemplar. Trata-se de uma questão ética: o jornalista não sabe contextualizar a notícia e acaba dando a dimensão que ela não tem.

Os repórteres começam a mudar, mas a boa reportagem, aquela que é construída com critérios absolutamente honestos, que não faz da exceção o exemplo, que ouve as partes, que tenta olhar a ausência ou a falha das políticas públicas, ainda é capaz de ser “premiada” nas redações com aquela frase-chavão: “Mas isto está muito vago e não dá um bom título”.

É inquestionável, dado o volume de textos, que Violência tem valor como notícia. Mas, os dados para a outra metade da cobertura (Violência Doméstica, Institucional, nas Ruas e nas Comunidades, nas Escolas e HIV/Aids) sugerem que as redações, em boa parte das matérias, apenas publicam aquilo que o leitor quer ler. São, quase sempre, uma mera sucessão de casos individuais de assassinatos, estupros, maus-tratos e negligência.

É tentador buscar justificativas para os conteúdos pobres das reportagens, artigos, editoriais e entrevistas: a escassez de estatísticas; a ausência de políticas públicas ou a dificuldade de ter acesso a fontes confiáveis. As notícias de outras áreas, relevantes para os direitos da Infância e da Adolescência como de Educação, são prova de que é possível uma abordagem mais qualificada. Não é preciso, na verdade, nem deixar a seara da Violência para se ter exemplos condizentes com a prática do bom jornalismo.

O fato de o tema já estar nas páginas dos jornais é, em si, uma oportunidade para que possa vir a ser tratado de forma mais qualificada. Os jornalistas, por exemplo podem partir dos casos singulares para estimular o debate sobre a Violência enquanto fenômeno social. Mas que para isso ocorra, devem recorrer a especialistas e pesquisas estatísticas para enriquecer os textos. Precisam desenvolver uma compreensão mais abrangente de como funciona o sistema judiciário para casos que envolvem jovens, assim como cobrar do Estado políticas públicas efetivas. Enfim, devem oferecer aquilo que o leitor precisa saber.

O investimento em capacitação dos repórteres que escrevem sobre Violência é condição para que os jornais cumpram sua função de controle social. As redações latino-americanas são um exemplo de sucesso, quando estão em pauta políticas econômicas, pois reconhecem a importância do tema para o desenvolvimento econômico e social. As reportagens de economia não tratam apenas de informar a trajetória da inflação ou dos juros, mas discutem também a adequação das políticas para enfrentar os desafios, as opções que existem e as causas e conseqüências dos movimentos. Questionam, muitas vezes, a própria qualidade das estatísticas produzidas pelo poder público ou institutos de pesquisa.

Hoje a Violência pode ser encarada de maneira similar, como um dos obstáculos relevantes para o desenvolvimento da América Latina. A imprensa é um ator fundamental no processo de formação da opinião pública: ela é em grande medida responsável por colocar temas na lista de prioridades públicas e é também peça-chave para que a sociedade possa conhecer e controlar as iniciativas que atores sociais, como o governo, estão conduzindo – ou deixando de conduzir.

A qualidade das informações que produz determina em grande medida, portanto, a própria qualidade do debate público e das políticas públicas, sem as quais não se pode esperar soluções satisfatórias para superar um fenômeno que viola o direito mais fundamental das crianças e adolescentes, o da vida.

FICHA TÉCNICA

Mídia e Violência

Realização

ANDI
Rede ANDI América Latina
Save The Children Suécia
Save The Children Noruega

Coordenação geral

Guilherme Canela
Veet Vivarta

Coordenação Rede ANDI América Latina

Ulisses Lacava

Coordenação de Monitoramento Estatístico

Railssa Alencar

Coordenação Editorial

Adriano Guerra

Texto

Railssa Alencar (coordenação)
André Soliani

Edição

André Soliani

Base de dados estatísticos

Agências da Rede ANDI América Latina

Tradução

Sandra Pérez

Diagramação

André Carneiro
Raquel Assunção

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

SDS - Ed. Boulevard Center, Bloco A, sala 101
70.391-900 – Brasília, DF
Telefone: (61) 2102-6508 | Fax: (61) 2102-6550
E-mail: andi@andi.org.br
Site: www.andi.org.br
